

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 269 | janeiro 2014 | 0,50 Euros

ENTREVISTA

Mário Nogueira

“Defender a Escola Pública
é hoje, mais do que nunca,
um imperativo democrático”

Pág. 5



**Moralizar a utilização de dinheiros públicos
Pôr fim aos privilégios do ensino privado**

Em defesa da escola pública e de qualidade



SALÁRIOS

Cortes afetam todos os docentes,
independentemente da sua situação profissional

Pág. 7

7



24

19

↑ sobe

PJ investiga colégios privados

Vem de longe a denúncia e vários têm sido os momentos de reclamação de fiscalização e investigação sérias sobre uma situação que se encontra envolta em densa teia de suspeitas sobre ilegalidades, favorecimentos e compadrios. Para um governo, como o atual, que pretende reforçar ainda mais a contratualização com privados – ver “guião para a reforma” do Estado – esta investigação desenvolvida pela PJ constitui, por si só, uma primeira e expressiva derrota. Aguardam-se, agora, os resultados da ação policial para que, finalmente, se faça justiça. •

↓ desce

Crato a pique

Crato iniciou o ano letivo a visitar um colégio do grupo GPS; Crato viu suspensa, pelos tribunais, a eficácia do seu despacho sobre a PACC; Crato viu censurada, pela CITE, a sua insensibilidade face a situações de gravidez ou maternidade de muitas professoras; Crato é responsável político pelos fortíssimos cortes orçamentais impostos à Educação Pré-Escolar, Ensinos Básico, Secundário e Superior e à Ciência e que estão a asfixiar o setor que era suposto ele governar. Crato, que vê tornar-se cada vez mais baixa a porta por onde sairá, está a deixar atrás de si um rasto de queimado em terreno que é tão fértil. •

É fácil governar assim. Corta-se na Educação... e na Ciência... e na Saúde... e na Segurança Social... e a mão que entra no bolso público abre-se para despejar em bolsos privados o que é de todos e deverá ser utilizado para o bem comum.



Pessoas transformam o mundo!

Há indícios de cara alegre nos membros do governo e nos deputados da maioria. Supõe-se que se deva aos alegados sinais positivos que Portugal e a sua economia estarão a dar. É caso para perguntar: que sinais? O milhão e meio de desempregados que, apesar da forte emigração de jovens e de outros fatores, apenas oscila umas décimas? O desemprego docente que, entre o início deste ano letivo e o de há 2 anos atrás, aumentou 256%? Os jovens qualificados que continuam a emigrar aos milhares? Os salários que descem cada vez mais e deixam muitas mais famílias em situação de rutura? As crianças que, em número crescente, chegam com fome à escola? Os doentes com cancro que não têm acesso a determinados medicamentos e/ou tratamentos? Os idosos cujas pensões já não chegam para medicamentos que lhes são indispensáveis?

Há indícios de cara alegre nos governantes e nos deputados da maioria, é verdade, mas de que riem eles?

É fácil governar assim. Os estrangeiros querem ainda mais dinheiro nosso? É simples, corta-se a quem trabalha, desde logo a quem trabalha para o Estado, e ainda se lhes diz que, se estiverem mal, que se mudem, rescindam... isto enquanto se prepara o definitivo “pontapé no rabo” sob a forma de mobilidade especial.

É fácil governar assim. A banca e os grandes interesses económicos querem ganhar ainda mais e pagar bastante menos? Corta-se nos apoios sociais dos desempregados, dos doentes, nas pensões de aposentação e de reforma... atiram-se para a miséria milhares e milhares de pessoas e já dá para alimentar umas quantas centenas de multimilionários e mesmo criar mais umas dezenas.

É fácil governar assim. Corta-se na Educação... e na Ciência... e na Saúde... e na Segurança Social... e a mão que entra no bolso público abre-se para despejar em bolsos privados o que é de todos e deverá ser utilizado para o bem comum.

Pôr na rua este governo e a sua política é fundamental e não deveria o maior partido de oposição ter baixado o tom dessa exigência, tornando-a pouco perceptível.

É um governo que manipula as pessoas, através da comunicação social que controla, fazendo-as crer que as coisas estão a correr bem e a ir ao sítio, ainda que os próprios governantes saibam que se trata de uma mentira.

Os governantes são cúmplices de uma tramóia que visa empobrecer os portugueses, que visa aumentar os níveis de exploração para que o trabalho contribua ainda com mais riqueza para o capital e isso está a resultar. Daí a cara alegre com que se apresentam, indiferentes aos dramas sociais e ao sofrimento de cada pessoa.

Em todo este processo que se aprofundou com a assinatura, pelo governo anterior e demais partidos ditos do arco da governação, do memorando com a *troika*, tem sido evidente a intenção de fragilizar a Educação Pública, retirando recursos de todo o tipo às escolas públicas e, assim, dificultando-lhes um desempenho de qualidade.

Chegados aqui, é o próprio governo que assume o desmantelamento, como faz no guião da designada reforma do Estado: não se trata de cumprir metas, mas alterar o modelo, sendo que a Educação, no modelo que os neoliberais praticam, não é função essencial do Estado.

Como afirmava Paulo Freire “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. E se nós sabemos disso, eles também sabem, logo, cortar na Educação, e na Escola Pública em particular, é coerente com o seu projeto de retrocesso social, económico e político.

Lutar contra o atual governo e as suas políticas é também coerente com o nosso desejo de um futuro melhor para Portugal e os portugueses. •

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

04. EM FOCO

Governo quer impor um “annus horribilis”

05. ENTREVISTA

O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, sobre, designadamente, o Guião da Reforma do Estado na Educação

07. SALÁRIOS

Cortes nos salários afetam todos os docentes, independentemente da sua situação profissional

10. NACIONAL

Colégios do grupo GPS: FENPROF considera útil e oportuna a intervenção da polícia judiciária

12. AÇÃO SINDICAL

Vinculação dos professores contratados
JOÃO LOUCEIRO

15. SETORES

Ensino artístico especializado
A precariedade permanente
ANTÓNIO AVELÁS
LUÍS CUNHA

19. AÇÃO SINDICAL

1ª Conferência Nacional de Professores/as e Educadores/as Aposentados/as

24. GESTÃO

Ter autonomia é poder decidir!

27. NACIONAL

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
DULCE PINHEIRO

28. SETORES

A importância da Escola na Inclusão Social de Crianças e Jovens com Deficiência”

33. INTERNACIONAL

Os Objetivos do Milénio e a Semana de Ação Global pela Educação
HENRIQUE BORGES

36. INTERNACIONAL

FENPROF no 32.º Congresso da CNTE
MÁRIO NOGUEIRA



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Depois de um 2013 muito negativo Governo quer impor um “annus horribilis”

2013 O ano 2013 foi extremamente negativo para a Educação em Portugal. Para além dos efeitos nefastos dos cortes orçamentais no setor, do continuado ataque à Escola Pública e aos seus profissionais – razões que, no final do ano letivo 2012/2013, motivaram uma das mais prolongadas greves de professores em Portugal –, 2013 fica marcado por uma abertura do ano letivo em que os problemas nasceram como cogumelos. Como então se afirmou, foi o pior arranque do presente século e um dos mais negativos e instáveis inícios de ano das últimas décadas.

Entregue a uma equipa reconhecidamente irresponsável no que à Educação respeita, mas extremamente zelosa na concretização do projeto político de desmantelamento da Escola Pública democrática e de qualidade, Nuno Crato e os seus secretários de estado foram, ao longo do ano que terminou, um dos problemas mais graves com que a Educação se confrontou.

Para além do projeto político que defende e quer concretizar a qualquer custo, a equipa ministerial esteve na origem de múltiplos focos de instabilidade e crispções que envolveram os mais variados elementos das comunidades educativas: professores, pais, estudantes, trabalhadores não docentes, associações científicas e profissionais, instituições de ensino superior, autarquias... Neste quadro, a arrogância e a incapacidade negocial atingiram extremos impróprios de uma democracia.

Os “processos negociais”, quando existiram, foram meros simulacros para cumprir

mento formal da agenda. Foi a primeira vez que o MEC impôs, calculadamente, “negociações” durante o mês de agosto (sendo então encerrado o processo referente à prova a aplicar aos docentes sem vínculo) e que também se assistiu a um “acordo” relativo aos professores feito com uma confederação sindical (a UGT), sem que se tivesse conhecido legitimidade, processo negocial ou texto acordado. Mas não foram apenas as negociações com as organizações sindicais dos professores que constituíram uma autêntica fraude: o mesmo sucedeu com a comunidade educativa em geral. Exemplo do que se afirma foram as consultas ou auscultações públicas que se realizaram em relação a algumas matérias. Como os resultados não foram os desejados pelos governantes acabaram por ser, simplesmente, ignoradas.

O ano letivo em curso, como antes se afirma, arrancou pessimamente, mas os problemas que se manifestaram não tiveram o reconhecimento do governo. O primeiro-ministro considerou que tudo correu melhor do que em anos anteriores, enquanto o ministro da Educação afirmava, repetidamente, que os problemas denunciados se deveram, apenas, ao facto de termos vivido um período eleitoral em que, habitualmente, se referem problemas que não existem. Entretanto, nas escolas, foi um tempo de grande dificuldade, com a colocação tardia de muitos docentes, a colocação ainda mais atrasada de assistentes operacionais, toda a estrutura de mega-agrupamento por montar, inúmeros “horários-zero” que resultaram de medidas

A maior e principal luta que, em 2014, teremos na Educação será defender a Escola Pública de qualidade, democrática, gratuita e para Todos e Todas. Nessa luta terão de convergir professores, pais, estudantes, profissionais não docentes das escolas, autarcas e, de uma forma geral, todos os que continuam a acreditar que Portugal tem futuro. Mas, para garantir esse futuro, é imprescindível aprofundar a luta por políticas que invertam o ciclo de catástrofe a que o governo sujeita o país.

tomadas para esse fim, ou a impossibilidade de responder às necessidades de muitas crianças e jovens portadores de deficiência que ficaram impedidos de frequentar a escola praticamente durante todo o primeiro período.

Pelo meio, ficam os, no mínimo, imorais escândalos do financiamento público e outros privilégios concedidos a colégios privados, e muitos focos de instabilidade provocados por quem quer que o público funcione mal para forçar o caminho pela privatização.

2014 A não ser demitido o governo e a não haver uma profunda inversão política, será ainda mais complicado. O Orçamento do Estado para 2014 ditou novos cortes no financiamento público das escolas públicas (da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior) e apenas se apresenta generoso para os privados, tanto em relação ao seu financiamento direto, como indireto.

Na calha está a concretização da almejada, para a direita que governa, reforma do Estado que mais não é do que o desmantelamento da organização social que hoje temos e que corresponde ao conteúdo democrático da Constituição da República Portuguesa. Como afirma o designado “guião” de tal reforma, não se trata de cumprir metas, mas alterar o modelo [social e democrático, claro está].

No que à Educação respeita, não ficam dúvidas sobre o que se pretende: privatizar no que puder ser (através do cheque-ensino, do novo ciclo de contratos de associação e das chamadas “escolas independentes”) e, no que não puder, transferir responsabilidades do poder central para outros, em particular municípios e escolas, neste caso através da celebração de um cada vez maior número de contratos de autonomia.

Esta redução de recursos financeiros às escolas públicas, que se traduzirá na redução e desvalorização dos seus recursos humanos e na degradação das condições em que nelas se ensina e aprende tem também um propósito político: reduzir a sua capacidade de resposta e, nas que ainda continuem a conseguir dá-la, retirar-lhes qualidade. ●



O Secretário Geral da FENPROF olha com muita preocupação para três factos de elevada relevância: a pretensão do governo de, mais do que atingir metas na Educação, alterar o modelo de sistema educativo que a Constituição da República consagra; a intervenção da Polícia Judiciária em colégios do Grupo GPS por suspeitas de graves ilícitos com contornos de criminalidade em rede, situação que a FENPROF e os seus sindicatos vêm denunciando desde a década de 80, com particular incidência no período correspondente ao virar de século; a situação social do país, o maior enriquecimento dos poderosos e a política de fachada que esconde a situação real da grande maioria dos portugueses. Numa breve, mas objectiva entrevista, Mário Nogueira... sem papas na língua.

Cinco perguntas ao SG da FENPROF

“Defender a Escola Pública é hoje, mais do que nunca, um imperativo democrático”

1 A FENPROF lançou um Apelo e uma Petição em defesa da Escola Pública. Em síntese, que preocupações motivam esta iniciativa da Federação, neste momento?

Mário Nogueira (MN): Como a própria designação destas iniciativas indica, a defesa da Escola Pública é o que motiva a FENPROF. Nunca, como hoje, ela correu tantos riscos.

Os cortes orçamentais na Educação, que incidem sobretudo sobre a Escola Pública e resultam no seu empobrecimento e numa forte redução dos seus recursos, logo, das suas respostas e da qualidade das mesmas, não são inocentes e destinam-se a criar a ideia de que a Escola Pública é incapaz.

Essa não é a verdade e, pelo contrário, só a Escola Pública tem capacidade para fazer a diferença, acolhendo todos, criando contextos de inclusão, proporcionando aprendizagens de qualidade a todas as crianças e jovens. Assim, defender a Escola Pública é hoje, mais do que nunca, um imperativo democrático.

2 No que à Educação respeita, não ficam dúvidas sobre o que pretende o Governo em 2014: privatizar no que puder ser e, no que não puder, transferir responsabilidades do poder central para outros, em particular municípios e escolas, etc. Como é que professores podem combater esta orientação do Governo?

MN: Agora não restam dúvidas sobre as intenções do governo para a Educação. O jogo foi completamente aberto com o Orçamento do Estado para 2014 e o chamado guião para a reforma do Estado. O primeiro torna evidente a diferença de tratamento: o Orçamento global da Educação é reduzido, a Escola Pública, em todas as suas vertentes, vê cortadas as verbas que lhe são destinadas e a contrastar temos o financiamento para o privado a aumentar. Já o guião, confessa descaradamente que se trata, não de um documento que visa cumprir metas, mas sim alterar o modelo. Portanto, não se



trata de um problema financeiro, mas de uma opção política, típica dos governos de direita e ainda mais acentuada quando estes assumem a cartilha neoliberal.

Para combater esta situação, os professores têm de assumir a exigência e lutar em defesa da Escola Pública, assinando petições e abaixo-assinados, tomando posição nos órgãos das suas escolas, lutando pela valorização da sua profissão e por condições de trabalho dignas, rejeitando todas as medidas que o MEC pretenda impor e que levem ao empobrecimento dos currículos e à degradação da qualidade das condições em que se aprende e ensina e juntando a sua luta à de outros agentes educativos, como pais, estudantes, trabalhadores não docentes das escolas, autarcas e, de uma forma geral, a quantos considerem que a Escola Pública é a opção porque só nela há verdadeira liberdade de escolher o futuro.

3 Está a ser realizada (desde 21 de janeiro), em vários colégios do Grupo GPS, uma ação inspetiva da Polícia Judiciária. Estaremos perante um “polvo” com vários e longos tentáculos?

MN: A FENPROF e os seus Sindicatos há muito que exigem uma rigorosa fiscalização sobre a atribuição e utilização de dinheiros públicos a/por interesses privados.

Há indícios fortíssimos de favorecimentos, abusos e ilegalidades que têm sido denunciados desde os idos anos 90 e houve mesmo algumas iniciativas inspetivas que, contudo, nunca tiveram grande consequência.

Vamos agora aguardar para confirmarmos se estamos ou não perante um polvo que, se assim for, não pode apenas ter os

“

Não, o país não está melhor. Nunca estará melhor um país em que o desemprego é fortíssimo, em que as crianças chegam com fome à escola, em que os salários são miseráveis e mesmo assim são reduzidos, em que os idosos não têm dinheiro para os medicamentos que lhes são necessários, em que a doentes oncológicos, ou outros, é negado o acesso a tratamentos e medicamentos, em que o dinheiro descontado pelos trabalhadores para a sua reforma é permanentemente confiscado com a criação de taxas e mais taxas...

tentáculos cortados, pois estes tenderão a crescer. Há que cortar o mal pela raiz.

4 Os governantes podem repetir que o país está melhor mas, obviamente, isso não é verdade para a esmagadora maioria dos portugueses. A sua vida está

bastante pior do que antes da troika ter entrado no país e PSD e CDS terem chegado ao governo... O desemprego atinge proporções dramáticas...

MN: Os números são os números, o problema é que o governo apenas lê a parte que lhe interessa e da forma que lhe convém.

O desemprego diminuiu ligeiramente, porque o universo de referência se reduziu muito, com a saída, para o estrangeiro, de milhares de desempregados, entre outras razões que, por norma, são as piores; o défice ficou abaixo até do que a troika exigia, porque os portugueses foram autenticamente roubados com fortes reduções salariais e enormes aumentos da carga fiscal; as exportações aumentaram, mas a sede social de muitas das grandes empresas que mais exportam está situada no estrangeiro, logo, o país ganha muito pouco com isso; foram criados postos de trabalho, mas o governo omite quantos foram destruídos e não refere a natureza extremamente precária e desvalorizada dos empregos criados; as empresas viram o IRC reduzido, mas à custa dos aposentados que foram ainda mais roubados nas suas pensões... e os exemplos não acabariam...

Não, o país não está melhor. Nunca estará melhor um país em que o desemprego é fortíssimo, em que as crianças chegam com fome à escola, em que os salários são miseráveis e mesmo assim são reduzidos, em que os idosos não têm dinheiro para os medicamentos que lhes são necessários, em que a doentes oncológicos, ou outros, é negado o acesso a tratamentos e medicamentos, em que o dinheiro descontado pelos trabalhadores para a sua reforma é permanentemente confiscado com a criação de taxas e mais taxas...

5 Que governantes são estes? Quem protegem? Que solução para defender o futuro dos cidadãos e do país, impondo novos e urgentes rumos?

MN: Não está melhor este país que é governado por gente sem escrúpulos, gente ao serviço de interesses alheios aos dos portugueses, gente sem qualquer preocupação de ordem social.

O país só está melhor para os detentores de grandes fortunas que, no último ano, aumentaram em 11%. Esses conseguiram encher os bolsos à custa da miséria alheia, mas isso não é coisa que os atormente. Na verdade, o país está bem pior e afirmar o contrário é mentir. Os anúncios da recandidatura de Coelho e Portas à liderança dos seus partidos, como costuma dizer o povo “não aquece, nem arrefece” os portugueses. O que é mesmo importante é afastá-los, e aos seus partidos, da governação antes de transformarem Portugal num campo de cinzas! ●



Cortes nos salários afetam todos os docentes, independentemente da sua situação profissional

Agravam-se, assim, ainda mais, as condições de vida dos professores e educadores e das suas famílias

Dados a reter: o governo mantém o agravamento fiscal verificado em 2013 através da redução do número de escalões de IRS para apenas cinco e da fixação das respetivas taxas de modo a atingir aquele objetivo. Tal medida tem um efeito direto sobre os valores auferidos, realmente, pelos docentes. Por outro lado, com o pagamento do subsídio de férias reposto, justamente, por decisão do Tribunal Constitucional, as taxas das tabelas de retenção na fonte que estiveram válidas até Setembro de 2013, sobem para ter em conta o pagamento do subsídio.

No OE 2014 mantém-se uma elevada tributação dos rendimentos do trabalho, enquanto o mesmo não se verifica nos impostos sobre as empresas.

Este governo, com o objetivo de fazer crescer a receita, tomou a medida dos perdoes fiscais, conseguindo por essa via a obtenção de uma receita muito inferior à que seria legalmente exigida, mas que contribuiu, artificialmente, para o objetivo da redução do défice. Por outro lado, decidiu reduzir o IRC que incide sobre as empresas, diminuição que será compensada, mais uma vez, à custa de mais redução salarial, desempre-

go, rescisões ditas “por mútuo acordo” e mobilidade especial. Ao mesmo tempo, com o alargamento do efeito dos cortes em toda a extensão da carreira docente, há uma diminuição muito significativa da despesa com salários, subsídios e outras remunerações.

Tendo em conta o facto de os cortes se iniciarem a partir dos 675,00 euros, há um conjunto de docentes que ainda não tinham sofrido qualquer corte no seu salário mensal, como é o caso de todos os professores e educadores contratados que passam a ter uma redução do valor líquido do seu salário de 7,51 % (índice 151).

Se tivermos em conta os que mais dificuldades têm em fazer face às elevadas despesas a que estão sujeitos, facilmente se depreende que para milhares de docentes esta será uma situação insustentável, só ultrapassável pelo apoio que inevitavelmente terão de receber de amigos e familiares, sendo estes, por esta via, também penalizados nos seus rendimentos disponíveis.

Como se verifica no quadro 1, todos os professores, ou sofrem pela primeira vez cortes nos seus salários mensais, ou veem esses cortes agravados. Um agravamento muito significativo, correspondente, na maioria dos casos, ao corte de mais de um salário.

Quadro 1 – Vencimento ilíquido dos professores (quadro comparativo 2013-2014)

Escala/Índice	Remuneração Base	2013			2014			Valor anual do corte em 2013	Valor anual do corte em 2014	
		Corte Salarial		Remuneração Ilíquida	Corte Salarial		Remuneração Ilíquida		Montante	Salários cortados
		%	Montante		%	Montante				
Contratado/151	1.373,13 €	0,000%	0,00 €	1.373,13 €	7.505%	103,06€	1.270,07€	0,00 €	1.442,84 €	1,1
1º Escalão/167	1.518,63 €	1,227%	18,63 €	1.500,00 €	8.549%	129,82€	1.388,81€	260,84 €	1.817,52 €	1,2
2º Escalão/188	1.709,60 €	3,500%	59,84 €	1.649,76 €	9.918%	169,56€	1.540,04€	837,70 €	2.373,78 €	1,4
3º Escalão/205	1.864,19 €	3,500%	65,25 €	1.798,94 €	11,026%	205,55€	1.658,64€	913,45 €	2.877,70 €	1,5
4º Escalão/218	1.982,40 €	3,500%	69,38 €	1.913,02 €	11,874%	235,39€	1.747,02€	971,38 €	3.295,43 €	1,7
5º Escalão/235	2.137,00 €	4,301%	91,92 €	2.045,08 €	12,000%	256,44€	1.880,56€	1.286,87 €	3.590,15 €	1,7
6º Escalão/245	2.227,93 €	4,779%	106,47 €	2.121,46 €	12,000%	267,35€	1.960,58€	1.490,56 €	3.742,92 €	1,7
7º Escalão/272	2.473,46 €	5,893%	145,75 €	2.327,71 €	12,000%	296,82€	2.176,64€	2.040,55 €	4.155,41 €	1,7
8º Escalão/299	2.718,99 €	6,805%	185,04 €	2.533,95 €	12,000%	326,28€	2.392,71€	2.590,54 €	4.567,90 €	1,7
9º Escalão/340	3.091,82 €	7,914%	244,69 €	2.847,13 €	12,000%	371,02€	2.720,80€	3.425,68 €	5.194,26 €	1,7

Trata-se, pois, de cortes brutais a somar aos já efetuados desde 2011. Em termos do rendimento perdido com esta austeridade que vem empobrecendo o país, mas que tem uma particular incidência sobre os trabalhadores da administração pública, é, ainda, de considerar o congelamento das progressões na carreira que é tudo menos transitório, havendo docentes

que se encontram desde 2003 sem qualquer revalorização material, ao mesmo tempo que não é cumprida a diretiva comunitária que determina que aos trabalhadores contratados deverá ser pago o valor correspondente ao que auferem outros trabalhadores, com o mesmo tempo de serviço, mas que se encontram já integrados na carreira.

Vejam, agora, a dimensão da redução do salário mensal líquido, por via dos cortes salariais, da sobretaxa de 3,5% e da retenção na fonte do IRS e dos descontos para a CGA e ADSE, para a situação de um titular e sem dependentes. Valores idênticos aos encontrados noutras situações, designadamente na de dois titulares com um dependente.

Quadro 2 – Vencimento líquido (2014)

Índice	Remuneração Base	Remuneração Ilíquida 2014	CGA (11%)	ADSE (3,5%)	Taxa de IRS		Sobretaxa de IRS		Cortes e descontos mensais	SALÁRIO LÍQUIDO
					%	Montante	%	Montante		
151	1.373,13 €	1.270,07€	139,71	44,45	16,5%	209,00 €	3,5	13,00 €	509,22 €	863,91 €
167	1.518,63 €	1.388,81€	152,77	48,61	17,5%	243,00 €	3,5	16,00 €	590,20 €	928,43 €
188	1.709,60 €	1.540,04€	169,40	53,90	20,0%	308,00 €	3,5	18,00 €	718,87 €	990,73 €
205	1.864,19 €	1.658,64€	182,45	58,05	20,0%	331,00 €	3,5	21,00 €	798,05 €	1.066,14 €
218	1.982,40 €	1.747,02€	192,17	61,15	21,5%	375,00 €	3,5	22,00 €	885,70 €	1.096,70 €
235	2.137,00 €	1.880,56€	206,86	65,82	22,5%	423,00 €	3,5	24,00 €	976,12 €	1.160,88 €
245	2.227,93 €	1.960,58€	215,66	68,62	23,5%	460,00 €	3,5	25,00 €	1.036,63 €	1.191,30 €
272	2.473,46 €	2.176,64€	239,43	76,18	24,5%	533,00 €	3,5	29,00 €	1.174,43 €	1.299,03 €
299	2.718,99 €	2.392,71€	263,20	83,74	26,5%	634,00 €	3,5	32,00 €	1.339,22 €	1.379,77 €
340	3.091,82 €	2.720,80€	299,29	95,23	27,5%	748,00 €	3,5	38,00 €	1.551,54 €	1.540,28 €

Nota: o cálculo do desconto para a ADSE de 3,5%, caso venha a confirmar-se, só se aplicará a partir de março. Entretanto, o desconto será de 2,5%. Note-se que, a agravar-se o desconto para a ADSE, tal corresponderá a um aumento de mais do dobro do cobrado há um ano atrás.

No quadro 2, pode verificar-se que o salário líquido também é fortemente reduzido. A análise desta situação permitiu verificar que há perdas salariais, relativamente a 2013, significativas. Em 2014 os professores perdem sempre cerca de um salário, sendo que a

perda chega a atingir 1,3 salários líquidos nos 2.º e 4.º escalões. Assim, o governo, confrontado com a decisão do tribunal constitucional que o obrigou a devolver aos trabalhadores em funções públicas o subsídio de férias, visou atingir efeitos semelhantes ao roubo

do subsídio acentuando desta maneira os cortes nos salários mensais, pelo que esta decisão corresponde a um desrespeito pela decisão do Tribunal Constitucional e, como se sabe, irá motivar pedidos de declaração de inconstitucionalidade. ●

Despesas fixas obrigatórias

Vencimento de professor não chega!

O governo português deixa milhares de professores numa situação muito complicada, obrigando-os a recorrer a amigos e familiares para poderem fazer face às despesas obrigatórias de qualquer agregado familiar. Neste estudo que a seguir se apresenta, procurámos garantir valores para cada uma das áreas de despesa dentro do que poderão ser despesas normais de um agregado familiar. Para algumas áreas de despesa que implicam utilizações comuns, propomos a divisão por dois (dois titulares).

Assim, quanto a **habitação**, inclui amortização do empréstimo para compra de casa no valor de 100.000 euros, a 30 anos, contrato realizado em 2010. Consideramos ainda despesas com seguros e condomínio. Não se incluem pequenas reparações ou instalação de novos equipamentos.

Já quanto a **alimentação**, consideraram-se valores mínimos para 4 refeições em casa, de todos os membros do agregado familiar. Se se considerar que um dos membros do casal pode estar deslocado do local de residência, neste caso teremos de abater 25% da despesa. Tendo em conta que os cálculos estão feitos para o salário de um dos titulares, considerámos metade das despesas de alimentação do agregado familiar.

Já quanto a **transportes e deslocações** para os locais de trabalho, considerámos um professor colocado a 60 kms de casa. Situação muito provável, tendo em conta que este exemplo toma como referência salarial professores ou professoras cuja carreira se encontra no início ou a meio da escala salarial (1.º e 4.º escalões). Prevê, ainda a possibilidade de deslocação de filho para infante, Jardim de Infância ou escola do 1.º CEB.

Para **gás canalizado**, por exemplo, uma empresa (que não identificamos) cobra por 17 metros cúbicos de gás, ao preço de 3,230 euros por metro cúbico, a quantia de 70,05 euros.

Considerou-se um gasto diário de 2,00 euros de **energia elétrica**.

Já para o consumo de **água**, relativamente a uma faturação de dois meses, em que a família em causa consumiu (por estimativa) o equivalente a cerca de 12,00 euros/mês, a fatura é de 32,57 euros, incluindo as

mais variadas taxas (fixas e variáveis) e o IVA. Para despesas com **comunicações**, considerou-se um pacote com TV, telefone fixo e Internet.

Considerou-se um **seguro contra terceiros e acidentes pessoais** de uma viatura utilitária, de baixa cilindrada.

Considerou-se a **mudança de óleo aos 10.000 km anuais e alguns serviços de oficina**.

Considerou-se a compra de uma peça de **vestuário** para o próprio ou para o filho ou ainda a reparação de calçado ou outras despesas nesta área. Teve-se em conta um pequeno investimento em **aquisição de jornais e outras publicações, de um livro técnico de interesse para atividade profissional docente e o acesso a um espetáculo cultural** subsidiado na sua área de residência.

Não considerámos, para despesas de saúde, qualquer verba.

Tendo em conta a realidade considera-se o arrendamento de uma **segunda habitação** ou quarto partilhado (ou não) na localidade da escola em que se encontra colocado.

Estas são contas para valores muito mínimos. Qualquer imprevisto, designadamente de saúde ou uma reparação automóvel extraordinária, faz resvalar o orçamento familiar. ●

Professor/a no 1.º Escalão	
Índice	167
Salário base	1.518,63
Salário líquido 2014	928,43
1. Habitação	160
2. Alimentação	350
3. Transportes	256
4. Gás	33
5. Eletricidade	25
6. Água	12
7. Mat. Esc. e Propinas	50,00
8. Comunicações	30
9. Vestuário	30
10. Formação/Informação	30
11. Oficina Auto	35
12. Seguro Auto	14
13. 2.ª Habitação	100
Total despesas	1.125,00
Dif. Salário/Despesas	-196,57

Professor/a no 4.º Escalão	
Índice	218
Salário base	1.982,40
Salário líquido 2014	1.095,70
1. Habitação	160
2. Alimentação	350
3. Transportes	256
4. Gás	33
5. Eletricidade	25
6. Água	12
7. Mat. Esc. e Propinas	50,00
8. Comunicações	30
9. Vestuário	30
10. Formação/Informação	30
11. Oficina Auto	35
12. Seguro Auto	14
13. 2.ª Habitação	100
Total despesas	1.125,00
Dif. Salário/Despesas	-29,30



Colégios do grupo GPS: FENPROF considera útil e oportuna a intervenção da polícia judiciária



Foi realizada no dia 21 de janeiro, em vários colégios do Grupo GPS uma ação inspectiva da Polícia Judiciária, a qual decorreu do facto de terem vindo a público, desde há vários anos, suspeitas de má utilização de dinheiros públicos, apropriação de bens do Estado por parte dos proprietários desses colégios e abuso de poder, com a intervenção direta de ex-diretores regionais de educação e outras figuras públicas, algumas que chegaram a ter intervenção governamental.

Esta decisão judicial, segundo é possível conhecer, para verificar da existência de fundamento para as suspeitas de ação criminosa deste grupo empresarial na área da Educação é tão importante quanto oportuna, já que é intenção do governo permitir que estes estabelecimentos, entre outros privados sobre os quais há também suspeitas de existirem situações de favor político para o seu funcionamento, possam vir a integrar uma rede nacional de estabelecimentos públicos e privados, subsidiando-os em função da captação de alunos e não das obrigações que estão constitucionalmente atribuídas ao Estado português.

A FENPROF, que tem diversos casos de acompanhamento de situações de atropelamento aos direitos laborais de professores que trabalham em colégios do Grupo GPS, espera que esta ação inspectiva possa levantar mais uma ponta do véu sobre o pantanal que entende existir no mundo empresarial da

educação em Portugal, sobre o qual recaem ainda suspeitas de cumplicidade política de governos, fossem do PS ou do PSD/CDS-PP.

O apuramento da verdade é por isso muito importante, tendo em conta que o Estado português depende avultadíssimas verbas

com subsídios a estabelecimentos do ensino particular e cooperativo (único sector que cresce com o atual Orçamento do Estado em cerca de 2 milhões de euros), principalmente em contratos de associação ilegais porque injustificados no plano da gestão da rede escolar e de dinheiros públicos. A este propósito, a FENPROF, na sequência da grande reportagem emitida pela TVI no dia 3 de Dezembro de 2012, solicitou a intervenção do Ministério Público, para que realizasse uma investigação rigorosa, face às denúncias divulgadas naquela reportagem e tem em preparação uma queixa-crime.

Apelo

A FENPROF dirige um forte apelo a toda a sociedade portuguesa, em particular aos docentes, pais e encarregados de educação, pessoal não docente, estudantes, autarcas, instituições de ensino, para que se unam e se disponibilizem para constituir uma ampla e democrática frente de intervenção em defesa da Escola Pública e da sua Qualidade, única forma de garantirmos o desenvolvimento educativo de toda a população e de se garantir o cumprimento do papel do Estado que está, neste domínio, constitucionalmente atribuído. ●

Região Centro, uma das mais flageladas por estes negócios de legalidade duvidosa

“Desde a década de 1990 que o Sindicato dos Professores da Região Centro tem denunciado a promiscuidade existente entre responsáveis da administração educativa nacional e regional e interesses privados na área da educação, estejam ou não integrados no grupo GPS de António Calvete. Nomes como ex-diretores regionais de educação de governos do PS e PSD ou ex-governantes como Paulo Pereira Coelho ou José Manuel Canavarro são apenas alguns exemplos de um mundo de duvidosos interesses em torno do negócio da educação privado.

Certo é que desde que, na década de 80, se criou a figura do “contrato de associação” e desde que alguns destes “agentes promotores da criação de colégios privados, principalmente na região centro do país, se envolveram num negócio de legalidade duvidosa, com a cobertura do poder, os tentáculos deste poderoso sector económico se estenderam e criaram uma teia de compromissos e cumplicidades que dificultam o avanço de processos judiciais e ações inspetivas com resultados efetivos.

A intervenção da Polícia Judiciária de 21 de janeiro no Grupo GPS é, por isso, extraordinariamente importante, tendo em conta as suspeitas da existência de crime por má utilização de dinheiros públicos, apropriação de bens do Estado por donos de alguns colégios e abuso de poder, com a intervenção direta de autarcas, responsáveis políticos de governos e direções regionais de educação.” | **Da nota à comunicação social do SPRC no dia 21 de janeiro** ●

Negociação do CCT

FENPROF firme contra proposta da AEEP

GRAÇA SOUSA

(Membro do SN da FENPROF)



Na sequência da denúncia pela AEEP, do atual Contrato Coletivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo, foi iniciado dia 13 de dezembro de 2013 o processo negocial entre a FENPROF e aquela associação patronal.

A AEEP sustentando os seus argumentos na crise económica e social em que o país vive, apresentou-se com uma postura de grande inflexibilidade deixando bem claro que, o entendimento entre as partes ficaria dependente de acordo sobre as matérias relacionadas com horários, reestruturação da carreira e alteração das tabelas salariais.

Perante esta atitude da AEEP, procurando ignorar completamente os direitos adquiridos dos trabalhadores e perante a proposta apresentada que consideramos completamente inaceitável, a FENPROF reagiu firmemente ao que considera ser um retrocesso sem precedentes nas condições de trabalho dos docentes a exercerem funções neste setor de ensino.

Salientamos que o atual CCT/EPC se mantém em vigor, pelo que, qualquer tentativa por parte das direções dos estabelecimentos de ensino de alteração das condições de trabalho, nomeadamente horários e/ou remunerações, é manifestamente ilegal.

Por último, informamos que a próxima reunião de negociação com a AEEP está marcada para o dia 4 de fevereiro, após a qual atualizaremos a informação no site da FENPROF e respetivos sindicatos. ●

MATÉRIAS	AEEP	FENPROF
ÂMBITO TEMPORAL	Vigência de um ano.	Vigência de dois anos.
	Sobrevigência ¹ de 6 meses.	Sobrevigência de 18 meses.
INTEGRAÇÃO NO C.C.T.	Trabalho intermitente Adaptabilidade Banco de horas.	Não aceita a integração destas matérias.
ORGANIZAÇÃO E DURAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO	40 horas semanais	35 horas semanais
	Componente letiva com um limite máximo de 30 horas ² .	Mantém a atual componente letiva de acordo com o nível de ensino (25 horas ed. Infância e prof. 1.º ciclo/22 horas professores dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário).
	Hora letiva corresponde a 60 minutos, sem prejuízo da liberdade da gestão flexível dos tempos letivos.	Hora letiva corresponde a 60m, no caso da educação pré-escolar e do 1.º ciclo e a 50m nos restantes níveis e ciclos de ensino. Horários letivos dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário podem ser organizados de forma flexível, tendo sempre por limite o cumprimento de 1100m a que correspondem 22 horas letivas.
	Eliminação da subdivisão entre componente não letiva ao nível do estabelecimento e componente não letiva de trabalho individual, introduzindo a regra de que o local de trabalho dos docentes é o estabelecimento de ensino.	Mantém a subdivisão entre componente não letiva ao nível do estabelecimento e componente não letiva de trabalho individual, sendo esta não pode ser inferior a 50% do total da componente não letiva, sendo da responsabilidade do docente a sua gestão.
	Eliminação do artigo referente à redução do horário letivo para os docentes que exerçam funções de direção de turma.	Mantém a redução de duas horas letivas para os docentes que exerçam funções de direção de turma.
CARREIRAS NÍVEIS SALARIAIS	Congelamento das progressões na carreira ³ .	Progressão de acordo com o estipulado no C.C.T.
	Aumento da duração dos níveis salariais, dos atuais ⁴ para 8 anos de permanência.	Mantém a atual estrutura de carreiras: 4 anos de permanência em cada nível salarial com exceção do penúltimo nível com uma duração de 6 anos.
	Menor número de níveis salariais (5).	Mantém o atual número de níveis salariais (9).
	Duração da carreira 31 anos (Último nível remuneratório 1900,00€).	Duração da carreira 34 anos (Último nível remuneratório 3.048,93€).
	Redução salarial em todos os níveis, com maior incidência do meio para o topo da carreira 4.	Mantém as tabelas salariais em vigor.

1 Sobrevigência - artigo 501.º do CT, duração da vigência após denúncia do CCT

2 O número de horas de componente letiva é decidido pelo empregador até às 30h

3 A partir de 1 de setembro de 2014

4 Exemplo: docente atualmente na Tabela A com 15 anos completos de serviço (Nível A6) – 1.718,00€, na proposta da AEEP de nova estrutura de carreira a aplicar a novas contratações de docentes, aquele nível passaria a A4, a que corresponderia 1300,00€.

Vinculação dos professores contratados

(acerca da declaração do ministro da Educação e Ciência)

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

Entendamo-nos sobre as condições em que a questão da vinculação dos professores contratados – insistente e justa reivindicação da FENPROF – regressa em força à praça pública:

Nuno Crato e o seu governo não são, como salta à vista, os interlocutores sérios e credíveis que os professores portugueses precisam para resolver de forma definitiva e justa o indecente abuso de que têm sido vítimas ao longo de décadas, traduzido no recurso ilegal e inconstitucional à contratação a termo! Reconheça-se, também, que a constatação de que se trata de um abuso com décadas de sobranceiros abusadores, evidência que outros governos, ora do PS, ora do PSD e do CDS, contribuíram, por (má) opção política e não por qualquer outra razão, para que a uma imensidade de docentes que laboraram e/ou laboram nas escolas públicas fossem negadas a segurança no emprego prescrita no art.º 53.º da Constituição, a disciplina prevista pelo Estado português para os trabalhadores do setor privado ou as imposições contidas na Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho, e pelo acordo-quadro que ela reproduz.

Com tudo o que de tão mau o governo tem feito às nossas vidas e ao país, já não devia ser ele o destinatário da exigência que a Comissão Europeia (CE) fez a Portugal, instando-o a tomar medidas para, de acordo com a diretiva comunitária, acabar com o abuso e a discriminação de que os professores e educadores, por aqui, são alvo. Mas os interlocutores não são, por enquanto, outros. São aqueles e vai ser, para já, com eles que teremos de discutir e negociar matérias tão relevantes. A “qualidade” dos atuais governantes não pode ser razão para desistir. Bem pelo contrário, é motivo para sublinhar um pressuposto: o da necessidade de que os professores intervenham ativamente e que acompanhem as necessárias negociações com uma grande disponibilidade para a luta/exigência, o fator mais importante para que isto não se salde em mais uma farsa, mais um embuste de Nuno Crato e do tenebroso executivo que integra.

No dia 17, Nuno Crato fez uma declaração pública para falar da vinculação dos professores e do putativo cumprimento da advertência da CE. É sobre ela que deixamos alguns apontamentos, ficando claro que não basta ter um ministro a discursar sobre os problemas para confiarmos, apaticamente, que eles vão ser resolvidos.

Para os mais ingénuos, Crato chegou ao governo com uma aura de rigor e crédito que, em nome das políticas de que é um mero e diligente serventuário, tem desmentido sistematicamente. Acompanha-o uma equipa à altura da missão. A declaração de dia 17 é mais um ato na pantomima do rigor. Como a ignorância não é desculpa plausível em quem tem funções governativas, só a impudência explica a “satisfação” declarada e o suposto reconhecimento da importância da estabilidade dos docentes, alegadamente procurada por esta equipa ministerial...

Só um cinismo impenitente permite a um ministro que tem dirigido a sua ação para afastar dezenas de milhar de professores das escolas e da profissão falar em “continuidade da política de vinculação” que o nortearia. Só o atrevimento o põe a citar medidas que tomou para lançar professores no desemprego e fazer crescer horários zero como sendo atos preparatórios da sua determinação nata em resolver o problema da precariedade docente. Só o descaramento o faz insinuar o respeito pelos contribuintes como critério para a ação,

quando o seu governo continua a esbanjar prebendas para os poderosos e a roubar crescentemente todos os que o não são.

O ministro faz de conta que já fermentava na sua (?) vontade política um desejo irrefreável de vincular professores contratados... Chega a parecer que a intimação a Portugal foi extemporânea face a um denodado trabalho que já vinha a fazer, lá fora, com a CE, no segredo e nas costas dos professores, sabe-se lá com que conteúdos. E então recupera a ideia de um novo concurso extraordinário que, na verdade e à semelhança do anterior, não responde às exigências da Diretiva! Claro que o governo tem mais do que margem para a encenação, garças às políticas de destruição de emprego nas escolas, à não substituição dos mais de 25 mil docentes dos quadros que se aposentaram nos últimos anos e com o acantonamento forçado dos que ingressem em quadro no primeiro escalão da carreira. O que a Diretiva impõe são medidas efetivas que evitem o abuso e a discriminação no recurso aos contratos e relações de trabalho a termo. Isto não se resolve com um ou dois concursos em que o governo define – com que critérios? – as vagas que correspondem à sua rudimentar noção de necessidades permanentes e nelas deixa entrar os candidatos, nas palavras da declaração, “tal como é habitual”. O que se tornou habitual, no Ministério da Educação, foi o flagrante abuso e a calculada discriminação e é isto e não menos do que isto que urge ultrapassar. ●

“

No dia 17, Nuno Crato fez uma declaração pública para falar da vinculação dos professores e do putativo cumprimento da advertência da CE. É sobre ela que deixamos alguns apontamentos, ficando claro que não basta ter um ministro a discursar sobre os problemas para confiarmos, apaticamente, que eles vão ser resolvidos.

Depois, o ministro, sabendo que é curto o que à cabeça apresentou, aponta uma solução minimalista para um problema que é estrutural – fruto de opções políticas, insista-se – e continuado. Mesmo assim, empurra para depois, sempre para depois, agora para 2015, a consagração de normas de vinculação, desconsiderando, desde logo, que a Diretiva devia estar em aplicação desde 2001 e que por tal não ter sucedido há largos milhares de docentes que há muito deviam estar vinculados, incluindo tantos dos que cuidou de lançar no desemprego. Cinco anos (?) sucessivos (?), horários anuais e completos (?), a partir de 2015. Não! Isto não é, como Nuno Crato pretende, o que está “[e]m linha com o que se passa na atual lei geral” e muito menos o que pode responder ao incumprimento da Diretiva e ao preceituado pela Constituição.

O ministro, julgando-se, porventura, magnânimo, diz que vai promover “consultas sindicais”. Começou mal ao não disponibilizar quem, da sua equipa, recebesse a delegação da FENPROF que se deslocou ao MEC no dia 20. Mas é bom que fique claro, mesmo sabendo o entendimento ténue do governo, incluindo o MEC, acerca de regras democráticas, de negociação e diálogo: a FENPROF, em representação dos professores, não vai contentar-se com vagas “consultas”; exige, isso sim, negociações de acordo com o que a Lei determina; exige, também, e porque estes ainda são os senhores que estão no governo, seriedade e abertura, pressupostos insubstituíveis para que as negociações não sejam mais um artil com a chancela de Nuno Crato. Em qualquer circunstância, os professores têm, novamente, um papel insubstituível. O que está em causa não é

só a qualidade dos argumentos e propostas negociais: é a correlação de forças em que as negociações vão ter lugar, o que depende da força com que os professores forem,

efetivamente, à luta por um mecanismo de vinculação que seja justo e que responda às exigências da Constituição, da Lei e do Direito Comunitário! ●

Audiência na Comissão Parlamentar de Educação sobre as condições em que foi realizada a PACC no dia 18 de dezembro



ASPL, FENPROF, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU estiveram (dia 14 de janeiro) na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República em audiência marcada a seu pedido para dar a conhecer as condições em que decorreu a realização da componente comum da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), no passado dia 18.

No entendimento das organizações sindicais, as condições em que decorreu a realização da componente comum da PACC correspondem a um quadro absolutamente grotesco, só possível pela obstinação do MEC em impor, a qualquer custo, a sujeição professores e educadores, pela primeira vez, àquela iniquidade. As desigualdades, o desrespeito pelos docentes e pela sua condição profissional, o abandono de qualquer rigor, os abusos sobre as normas definidas pela própria tutela acrescentam evidências da falta de seriedade de todo este processo e confirmam a necessidade de acabar de vez com uma prova que é, de todo, injustificável.

ASPL, FENPROF, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU mantêm o apelo à Assembleia da República para que atue de forma a suspender e eliminar definitivamente a absurda e justamente contestada prova. Mantêm também, e não obstante as decisões dos tribunais do final de 2013, o alerta para a necessidade de prosseguir a luta pela eliminação da prova, algo que requer a atenção e a continuação da mobilização dos professores e educadores. |

As organizações sindicais 14/01/2014 ●

MEC discriminou grosseiramente docentes grávidas no dia da PACC

A pesar de suspensa pelos tribunais, a malfadada prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), forçada a todo o custo pelo MEC no final de 2013, continua a dar que falar pelos piores motivos. Recorde-se que antes da realização da componente comum no dia 18 de dezembro, e para além da oposição de fundo à realização da PACC, a FENPROF dirigiu uma queixa à Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). A motivá-la o facto de o MEC não ter querido prever qualquer alternativa, entre outros casos, para docentes em final de gravidez, em situação de gravidez de risco ou em gozo de licença de parentalidade, não obstante os

repetidos e atempados alertas para os graves prejuízos daí resultantes.

A CITE confirmou por unanimidade a leitura feita pela FENPROF, conforme o seu Parecer n.º 11/CITE/2014, extraindo-se dele o flagrante desrespeito pela Lei e mais esta grosseira discriminação que o MEC juntou à sua obstinação de querer sujeitar professores e educadores a uma prova que não tinha nem tem justificações sérias. Estamos perante mais um motivo para que a PACC tenha o destino que merece: o caixote do lixo das más políticas para a Educação e a profissão docente. Estamos perante uma equipa ministerial que não respeita a Lei, nomeadamente direitos fundamentais que ela consigna com toda a clareza. ●



A realização do concurso extraordinário de vinculação, anunciado pelo ministro Nuno Crato no passado dia 17 de janeiro, não responde à imposição que, no respeito pela Diretiva 1999/70/CE, a Comissão Europeia dirigiu ao governo português, realça a FENPROF em nota de imprensa.



Essa diretiva, lembra a Federação, aponta em dois sentidos: por um lado que, com regras semelhantes ao setor privado, os contratos a termo, no setor público, se transformem em definitivos; por outro, que não exista discriminação salarial entre docentes sem vínculo e os que, com o mesmo tempo de serviço, já se encontram integrados nos quadros.

“Ora, como todos recordamos, o concurso extraordinário de vinculação realizado em 2013 não teve em conta o tempo de serviço dos docentes, mas apenas as vagas que o MEC – muito longe das que são necessidades permanentes das escolas e do sistema – decidiu abrir “observa a FENPROF.

Foram, exatamente, 601, num concurso que, entre muitos outros problemas, excluiu os docentes das regiões autónomas, o que foi considerado inconstitucional pelo TC”, refere a nota sindical dirigida à comunicação social, que acrescenta:

“Além disso, os docentes que, então, entraram nos quadros tinham, em média 24 anos de serviço, mas foram impedidos de integrar o escalão da carreira que corresponde ao seu tempo de serviço, sendo forçados a ingressar no 1.º escalão, onde ainda se encontram.”

Vinculação de docentes

Medidas anunciadas pelo Ministro não respondem à imposição comunitária

De acordo com as normas estabelecidas no ECD, este escalão destina-se aos professores do quadro com menos de 4 anos de serviço...

Para a FENPROF – que desde dezembro de 2012 mantém uma ação em tribunal, visando a aplicação da diretiva comunitária, e, desde outubro de 2013, aguarda a marcação de uma reunião com o MEC para abertura de um processo negocial que permita rever a atual legislação de concursos – é urgente a alteração deste quadro legal sobre concursos, relativamente ao qual não deu o seu acordo.

Mobilidade interna

É ainda indispensável que, em 2014, tenha lugar um concurso geral intercalar que permita a mobilidade interna dos docentes dos

quadros e o ingresso e afetação a escolas de todos os que reúnam as condições impostas pela Diretiva 1999/CE/70.

Pressionado pela Comissão Europeia e vendo esgotar-se o prazo, o Ministério da Educação e Ciência anunciou entretanto uma medida que não corresponde ao que é justo, ao que é exigido pela FENPROF e pelos professores e ao que é imposto pelas instâncias comunitárias.

A FENPROF regista ainda que o ministro Nuno Crato nada referiu sobre as medidas previstas para aplicação da Diretiva no âmbito do ensino superior, setor onde também grassa, há décadas, uma extensa precariedade, em particular no ensino superior politécnico, que é manifestação do abuso da contratação a termo que aquelas normas comunitárias pretendem combater. ●

Ensino artístico especializado A precariedade permanente

ANTÓNIO AVELÃS (Membro do SN da FENPROF)
LUÍS CUNHA (CENA- Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual)

De cada vez que um governo toma posse faz-se a entrega de uma exposição exigindo solução para os docentes deste subsistema do nosso ensino que engloba, no ensino público, as escolas de Música dos Conservatórios (Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Aveiro), o Instituto Gregoriano de Lisboa, a escola de Dança do Conservatório Nacional (Lisboa) e as escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis. (1) O normal é os novos governantes ignorarem por completo o que se passa nestas escolas; parece lícito concluir que quem sai se limitou a receber os dossiês, não os estudou e nem sequer os transmite a quem entra de novo.

No que diz respeito às escolas de Música e à de Dança, após a criação de “quadros provisórios” e muito restritos em 1983 nas escolas resultantes da reestruturação do Conservatório Nacional, assistimos, por pressão dos sindicatos e dos professores envolvidos, à publicação de vária legislação criando, em 1997 (Música) e em 1998 (Dança), vagas de quadro a preencher por professores em exercício e a extinguir quando eles saíssem. Deve sublinhar-se que, na altura, a esmagadora maioria dos professores em exercício não detinham “oficialmente” habilitação académica de grau superior – os cursos que frequentaram não conferiam esse grau (o que não punha em causa a excelente qualidade da maioria deles) nem tinham qualquer hipótese de se profissionalizarem. Esta situação modificou-se: um despacho de 2008 possibilitou o acesso à profissionalização destes professores, as escolas superiores de Música e de Dança criaram graus académicos de licenciatura.

Em 2009, perante o avolumar de situações de docentes contratados, consecutivamente, há vários anos, sobretudo nas escolas de Música, a administração decidiu abrir um concurso para integrar nos quadros os docentes das escolas de Música e de Dança que à data tivessem 10 anos de serviço consecutivos.

Se na escola de Dança do Conservatório Nacional (EDCN), com estas medidas, o número de professores da área artística contratados (2) ficou diminuto e assim se mantém, nas escolas de Música dos Conser-



vatórios o número de docentes contratados continua elevadíssimo.

Entretanto em 2009 foram criados os quadros de docência destas escolas. Contudo, até ao presente ano de 2013 não fora aberto nenhum concurso para o seu preenchimento, continuando os professores a serem contratados ano após ano ao abrigo da legislação destinada a “assegurar necessidades transitórias!

Em 2013, os professores das escolas especializadas de ensino artístico não puderam apresentar-se ao concurso de vinculação extraordinária, que aliás resultou na ridícula vinculação de 601 professores contratados. É absolutamente necessário que esta situação não se repita com o anunciado processo de vinculação anunciado pelo ministro da Educação no passado dia 17 de janeiro.

Música: um exemplo bem expressivo

O mais escandaloso, porém, viria a suceder, no que à Música diz respeito, com a publicação da Portaria 257/2013 que regulou o primeiro concurso quadrienal das escolas públicas de ensino artístico: foram postas a concurso 38 vagas e extintas 32, sendo que as vagas criadas em nada correspondem aos lugares de quadro por preencher nem às propostas sensatas das direções das escolas, a quem os serviços do MEC pediram indicações que depois olímpicamente desprezaram.

No que se refere aos docentes das escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis, também em 2009 realizaram a profissionalização em serviço em Técnicas Especiais com a expectativa criada pelo MEC de virem a integrar os grupos de docência e os respetivos quadros, que, contudo, nunca foram criados, continuando estes docentes, elementos fulcrais para o funcionamento destas escolas, a ser anualmente contratados e sujeitos a permanente instabilidade.

Os professores destas escolas têm desencadeado várias formas de denúncia da situação a que estão sujeitos, a mais recente das quais foi a recente concentração/

ocupação simbólica do MEC na Av. 5 de Outubro. Torna-se pois imperioso promover a integração nos quadros destes docentes, altamente qualificados, sem os quais as escolas de ensino artístico especializado não fariam sentido. Dada a situação de particular precariedade em que se encontram estes docentes, que garantem, há muitos anos, necessidades permanentes das escolas, justifica-se a abertura, ainda este ano, de um concurso extraordinário de vinculação (ou um outro processo de vinculação) para os docentes destas áreas com mais de três contratos consecutivos, conforme o preconizam a lei e as recentes recomendações do provedor de Justiça reportando-se à diretiva comunitária sobre a matéria. Para o futuro, é necessária a abertura regular de concursos para o recrutamento e entrada nos quadros destes docentes nas mesmas condições que os das áreas não artísticas. ●

Nas áreas da música e da dança

há uma grande oferta particular, em boa parte sustentada pelo MEC através dos contratos de patrocínio. Também os docentes destas escolas se defrontam com grande instabilidade, a que não é estranha a dificuldade financeira que muitas das escolas atravessam.

Na EDCN persiste a escandalosa situação dos chamados “acompanhadores”, músicos de elevada qualidade, indispensáveis para o sucesso e bom nome da escola, sem qualquer estatuto ou carreira que os integre a quem sucessivos governantes vêm prometendo uma solução, contudo sempre adiada e sobre os quais recaem fundados receios de despedimento e redução salarial. Alguns destes profissionais têm mais de 20 anos de serviço! ●





impressões

CARLOS PATO (Membro do SN da FENPROF)



duas palavras

ANTÓNIO BALDAIA (membro do CN da FENPROF)

O bom, o mau e o vilão !

“Nuno Crato quer professores nas escolas inglesas para promover o português”.

Nós, professores a trabalhar no Ensino Português no Estrangeiro (EPE), também queremos, e muitos! Mas não só em Inglaterra, nos outros países também. Esta vontade súbita veio mais uma vez demonstrar quanta desorganização reina no Governo português; quanto cinismo e hipocrisia alimentam estas figuras que, em público e em conferências internacionais, vêm proferir este tipo de afirmações. Não satisfeito com os desmandos e malfeitorias das quais é ator principal em Portugal, vem cometer uma ingerência grave nos assuntos internos do EPE.

Por não dominar o assunto e manifestar um desconhecimento flagrante desta matéria vem, como bom da fita, propor aos ingleses dar-lhes formação em português para os colocar nas escolas, retirando possibilidades de trabalho aos milhares de professores que ele, só ele, lançou no desemprego! Porque não visita a comunidade portuguesa em Inglaterra e identifica os milhares de professores desempregados que tiveram de emigrar para as terras de sua majestade e que, em lugar de dar aulas andam a vaguear pelas ruas de Londres e outras cidades, de currículo na mão, mendigando um trabalho não importando qual o setor de atividade?

De um cinismo extremo é a proposta que vai fazer ao seu homólogo inglês, no sentido de ser o governo britânico a pagar essa tal formação. Mais uma vez o papel de ignorante lhe assenta como uma luva! Esquece-se que os ingleses, para que o curso de Língua e Cultura Portuguesas funcione, exigem que se lhes pague o aluguer das instalações e por vezes até recusam a cedência? E a sugestão que irá fazer aos professores portugueses para que visitem as escolas inglesas, colaborando no ensino do português?

Há professores portugueses a trabalhar no Reino Unido a auferir salários de miséria, com cortes no pagamento das despesas de transportes, que enfrentam todas as adversidades, mas que vão desempenhando o seu trabalho de uma forma honesta e profissional. Em vez

de convidar outros para tirar o emprego aos professores portugueses que já se encontram no terreno, proporcione-lhes condições e formação e, já que está tão magnânimo, restitua-lhes os salários que auferiam para terem uma vida decente que, com os seus pares, lhes vem retirando sistematicamente.

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL) parece adormecido perante esta “ofensiva” do ministro Crato. Então a tarefa de expansão do ensino da língua portuguesa, bem como a afirmação do “idioma” e da cultura para beneficiar os filhos dos emigrantes portugueses, não são tarefas atribuídas ao seu campo de ação? Muito sinceramente, o papel do mau da fita está a ser recebido com muita passividade. Os responsáveis do CICL, até ao presente, nada fizeram para colocar o ministro Crato no seu lugar se, por ventura ainda o mantêm!

Esta passividade na reação fica muito mal ao Instituto Camões! O CICL tem o perfeito conhecimento da orgânica de funcionamento do EPE, sabe bem das dificuldades sentidas pelos professores que trabalham no EPE nos diversos países europeus, tutela a Coordenação de Inglaterra e ilhas do canal, está ao corrente de todas as problemáticas e entraves colocados ao bom funcionamento dos cursos e não chama à razão este ministro que tudo tem feito para destruir a escola pública, que tudo tem feito para destruir os postos de trabalho dos professores e permite-lhe agora tal ingerência em assuntos tão melindrosos como o EPE? Falta força política ou a este ministro tudo é permitido? Será este o ministro travestido de exterminador implacável? Ou o inverso também se verifica?

Desde que se operou a transição do EPE para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e foi atribuída a tutela deste sistema especial de educação ao Instituto Camões, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas assumiu o controle político e legislativo da área do EPE. O Secretário de Estado tem, por inerência de cargo, a coordenação e orientação das políticas relacionadas com o Ensino Português no Estrangeiro. Nas inúmeras viagens que efetua pela diáspora, nos contactos que tem com as comunidades portuguesas, tem por obrigação ouvir e traçar as linhas orientadoras que procurem nortear este subsistema de ensino. Como é que pode deixar que o ministro Crato venha “meter foice em seara alheia”? Ou será uma atitude concertada?

Será que quer ficar na fita com o papel do vilão que introduziu a propina, que levou e levará à extinção de muitos e mais postos de trabalho e que lança no desemprego centenas de professores? A integração plena da língua portuguesa nos currículos nacionais dos países de acolhimento do EPE é um anseio há muito perseguido pelos professores e encarregados de educação dos alunos que frequentam os cursos de português.

O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), José Cesário não tem peso político para fazer valer os projetos junto das entidades governativas dos diversos estados? É preciso pedir uma “ajudinha” ao seu colega de Governo, Crato, para que este transporte a sua política de terra queimada para o EPE? Não lhe basta destruir a escola pública, humilhar os professores com a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências e lançar a plena confusão com as reformas curriculares? E o que farão o SECP e o CICL para travar esta sanha destruidora?

Da analogia com esta obra da sétima arte poder-se-ia salvar a banda sonora que a acompanha dado que o tempo que vivemos não está muito longe do faroeste americano. Mas não está adaptada a este personagem. Para este argumento acompanhará melhor e com mais identidade o Requiem em D menor, de Mozart!

Esperamos que o bom da fita sinta, num momento de reflexão sobre todas as malfeitorias que tem praticado o mesmo que Mozart assumiu: “Temo que esteja a escrever um requiem para mim próprio”! ●

“

Há professores portugueses a trabalhar no Reino Unido a auferir salários de miséria, com cortes no pagamento das despesas de transportes, que enfrentam todas as adversidades, mas que vão desempenhando o seu trabalho de uma forma honesta e profissional.

A Putalhada

“Morro de pé, mas morro devagar. / A vida é afinal o meu lugar / e só acaba quando eu quiser. // Não me deixo ficar. Não pode ser. / Peço meças ao Sol, ao Céu, ao Mar / Pois viver é também acontecer.”

Excerto do último poema de José Carlos Ary dos Santos, escrito um dia antes da sua morte (18.01.1984); singela evocação do poeta “generoso, excessivo, truculento, apaixonado pela ideia de revolução e pelo público que projetava nele os seus sonhos, esperanças e utopias”, como refere o amigo José Jorge Letria.

Ano novo, vida nova... Intencionalmente ou pela ressaca do réveillon, as ‘jotas’ dos partidos do governo assumiram inusitado protagonismo. No congresso de Paulo Portas, os putos agitaram a modorra portenha, ameaçando com a “moção de estratégia” Enterrar Portugal, Comprometer o Futuro. Mas, talvez porque se tenham enganado a imprimir o lema (“Libertar Portugal, Conquistar o Futuro...”), acabaram por recuar. Ainda assim, despertaram câmaras, microfones e portáteis – o que foi bom, porque quem é que se lembrava de ouvir falar da Juventude Popular? Eu não. E continuaria a ignorar que é “a única organização política de juventude defensora do mérito, do rigor, de mais autonomia, melhores resultados e mais liberdade no que ao ensino diz respeito”. Por isso, esclareciam, “pedimos uma total interrupção [!] com o passado no sentido de descomprometermos ideologicamente o Ensino e darmos mais liberdade às pessoas na escolha da instituição e do projecto educativo que pretendem”. Cheira a cheque-ensino e financiamento das escolas privadas com

dinheiro público? Irrevogavelmente, fede: como o Estado é pobre (não só de espírito), propunham-se amputar três anos à escolaridade obrigatória. Surpresa?

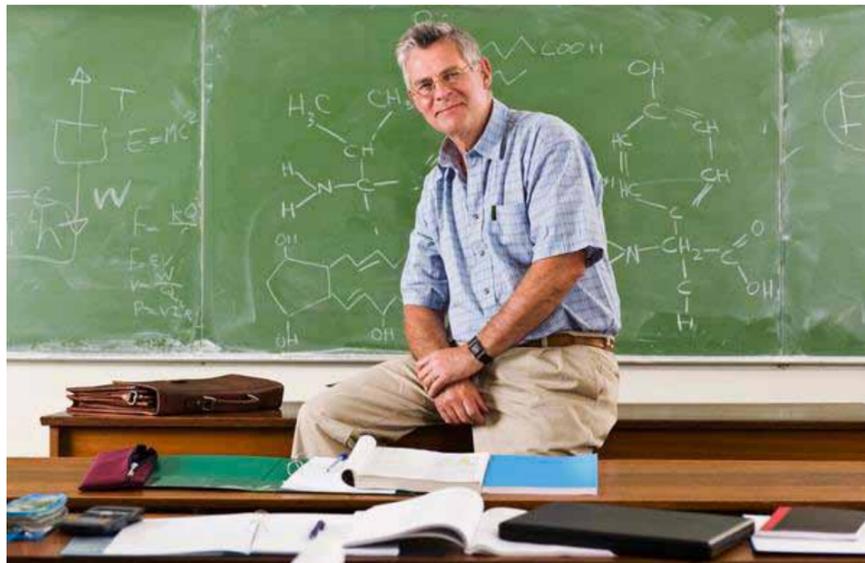
No outro lado, os jotaessedês também promoveram uma iniciativa mediática. Quando tanto se fala do superior interesse das crianças e da importância da instituição familiar, não arranjaram melhor entretenimento do que pretender referendar o direito à co-adoção e à adoção, embora sacudindo a água do capote: “não fomos nós que introduzimos o tema na agenda legislativa; foram alguns deputados do PS”. Hugo Soares, presidente da JSD, bem pode deputar e disparatar sobre o carácter fraturante da matéria e a falta de debate: se Isabel Moreira (PS), principal impulsionadora da legislação, o acusa de “bullying político”, Carlos Santos (ex-vice-presidente e militante honorário da mesmíssima JSD) considera que a atuação dos laranjinhos o “cobre de vergonha” e aponta-lhes: “hoje vocês não se distinguem do CDS e alguns nem sequer se distinguem da Mocidade Portuguesa; ou melhor, distinguem, mas para pior”. E como se já não bastasse, a rapaziada ainda acertou vários tiros no porta-aviões do grupo parlamentar do PSD: demissão da vice-presidente e diversas declarações de voto de parlamentares sentados nesse cadeirão democrático que é a ‘disciplina de voto’. Suprema vergonha – se esses deputados não tivessem sido apagados pelos respetivos avatares, não havia sumo e a ‘laranjada’ acabava ali. Assim...

Moção e referendo, dois episódios que por certo despertariam a verve de Ary: “Ah! Não há dúvida / vocês continuam ainda a existir / até ao raio que vos há-de partir”. ●

Cartoon



Departamento dos docentes aposentados da FENPROF Pela defesa de uma aposentação digna



A FENPROF continua a organizar a ação das/os docentes aposentadas/os na defesa do direito a uma aposentação digna, como o vem fazendo desde sempre. Agiu nesse sentido, aquando da aprovação do ECD, ao defender a profissão docente como profissão de desgaste; também, quando lutou pela atualização das reformas baixíssimas dos colegas já aposentados. Agora, verificando que este tempo não é de conquistas mas da sua defesa, aposta numa melhor organização deste departamento e numa atualização do Caderno Reivindicativo (CR), um dos documentos aprovados na 1ª Conferência dos Professores e Educadores Aposentados, cerne estratégico para a ação, com a participação dos sócios aposentados.

A Resolução, que integra o CR, aborda a evolução das malfeitorias feitas por este governo aos aposentados – roubo dos subsídios de férias e do 13º mês em 2012; aumento da contribuição para a ADSE; aumento enorme do IRS, com realce para a criação de novas tabelas direcionadas apenas para aposentados e pensionistas; CES, criada e justificada com argumentos “esfarrapados” claramente para abrir caminho ao corte das pensões (chumbado por unanimidade pelo TC); degradação do SNS.

Refere, também, os discursos do governo, justificativos das suas propostas, sobre a descapitalização da CGA, sobre a necessidade da convergência entre público

“

Chegou o momento de concretizarmos as propostas de ação e de luta a desenvolver a nível nacional e internacional. A responsabilidade é de todos – os docentes aposentados participando ativamente com a colaboração dos dirigentes.

e privado e ainda o peso demasiado dos aposentados nas contas do país, como se, agora, fossem “lixo” a lançar para a rua ou para a morte, ignorando o seu contributo para a evolução da sociedade portuguesa além de hoje, muitos deles, serem o único suporte das famílias.

As propostas apresentadas pela CGTP para a concretização de políticas para a mudança, analisadas nesta Resolução permitem concluir que Portugal tem futuro. Apontam para a necessidade de outras medidas que criem uma política fiscal mais justa, que defendam as funções sociais do estado, a dinamização da contratação coletiva, o aumento dos salários e das pensões, a fim de travar o empobrecimento e melhorar a procura interna...

Facilmente se constata que as medidas apresentadas por este governo, parecendo avulsas, na realidade não o são, pretendem destruir o valor do trabalho, substituindo as suas regras, para evitar a divisão equitativa da riqueza produzida neste país, riqueza esta que provém não só da aplicação do capital, como também do investimento dos trabalhadores, o produto do seu trabalho.

Na sequência das orientações da FENPROF, reafirmamos a rejeição da legislação que eleva a idade da reforma, reafirmamos a exigência da manutenção de aposentação antecipada com alteração das normas excessivamente penalizadoras e também do seu regime específico devido às características da profissão.

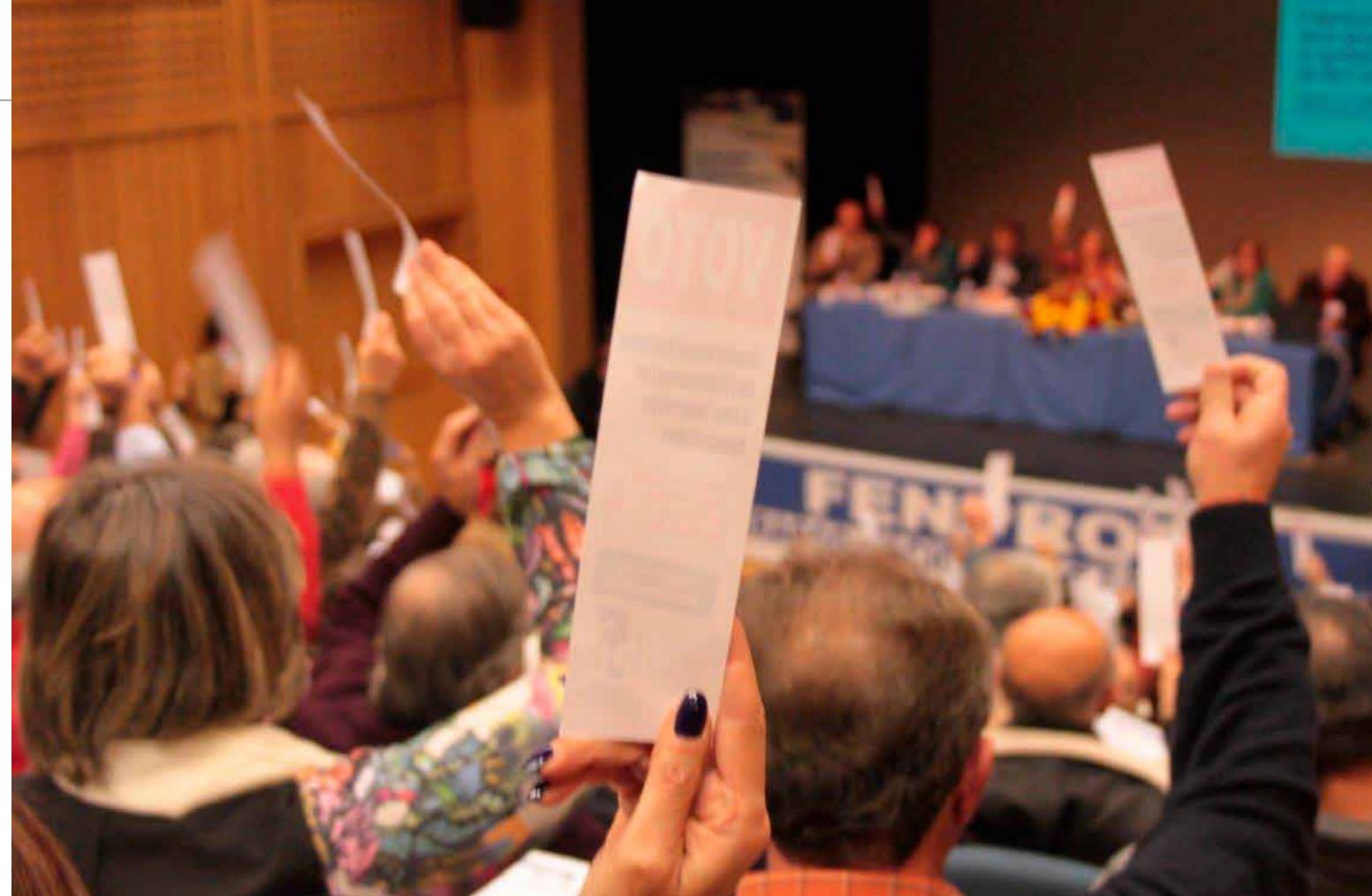
Chegou o momento de concretizarmos as propostas de ação e de luta a desenvolver a nível nacional e internacional. A responsabilidade é de todos – os docentes aposentados participando ativamente com a colaboração dos dirigentes.

Salientamos ações em curso: a assinatura da petição a exigir uma auditoria à CGA, supervisionada pelo Tribunal de Contas e o preenchimento da ficha de auscultação aos docentes aposentados, com vista a identificar as suas prioridades reivindicativas e disponibilidades, bem como propostas de outras iniciativas.

Vamos continuar unidos em torno da FENPROF, como sempre o fizemos, para alcançarmos os objetivos que consideramos justos. ●

Aposentados que pediram a aposentação a partir de 1-1-2011 estão a receber uma pensão inferior à que têm direito. A frente comum e a FENPROF apelam a que reclamem junto da CGA, com conhecimento ao Provedor de Justiça e ao Secretário de Estado da Administração Pública

Contactem a FENPROF/ Sindicato ou fenprof.pt/aposentados
Aí encontram uma minuta e as indicações de que precisam.



1ª Conferência Nacional de Professores/as
e Educadores/as Aposentados/as

Resolução aprovada



FENPROF
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES



I – UMA SITUAÇÃO QUE TEM VINDO A DEGRADAR-SE

Os pensionistas e reformados em geral e os aposentados da CGA em particular têm sido os alvos favoritos das políticas postas em prática pelos últimos governos e aprofundadas pelo atual.

Na sua fúria destruidora de direitos, têm sido permanentes os ataques quer às suas condições de vida, quer à dignidade e ao respeito que lhes são devidos após uma vida inteira de trabalho, em que contribuíram de uma forma objetiva para a construção de uma sociedade democrática.

Como se não bastasse o roubo dos subsídios de férias e do 13º mês em 2012, o aumento da contribuição para a ADSE, a subida das taxas moderadoras, o enorme aumento do IRS em consequência da alteração dos escalões e da criação de novas tabelas só para aposentados e demais pensionistas, a infame e discriminatória CES e tantas outras medidas que concorrem no sentido de degradar a qualidade de vida dos aposentados, aparece agora o OE /2014 a prever cortar as pensões em mais de 10%, com o falso argumento de a CGA não ser sustentável e de a justiça social exigir uma alegada convergência com o setor privado.

Contudo, é necessário dizer que a responsabilidade pela descapitalização da CGA cabe aos governos e não aos aposentados. Estes descontaram sempre no seu salário a contribuição que lhes era exigida, enquanto que o patrão Estado até há poucos anos atrás se achou dispensado de cumprir a lei e, até hoje, não descontou os 23,75% que vigoram no setor privado. Acrescem a esta situação escandalosa alguns truques de controlo do déficit que levaram a que a CGA passasse a ser responsável pelas pensões dos reformados da PT, dos CTT e da CGD. É bom lembrar que a partir de 2005 a CGA foi transformada num sistema fechado, uma vez que todos os trabalhadores que ingressaram na Função Pública passaram a descontar para a Segurança Social e não para a CGA.

A convergência entre público e privado já existe e foi levada a cabo com as alterações à fórmula de cálculo da pensão de aposentação, ocorrida em 2005. A média geral das pensões é superior no setor público porque, entre outros motivos, as suas contribuições também o são, em parte fruto da existência de grande número de quadros licenciados, incluindo diversos grupos profissionais que apenas existem neste setor.

Os cortes que o governo e a maioria que o apoia pretendem aplicar às pensões de

sobrevivência são paradigmáticos: o Centro Nacional de Pensões pagava 60% e a CGA 50%. A convergência passou não pela unificação mas por cortes nas duas! Essa é a verdadeira convergência para o governo!

O governo pretende fazer crer à opinião pública que os aposentados pesam demais nas contas do país, que comprometem o futuro das novas gerações, fingindo ignorar que os aposentados continuam a descontar para a Segurança Social. Finge ainda não perceber que os aposentados são, em muitos casos, o único suporte e apoio das novas gerações condenadas, pelas suas políticas, ao desemprego. A sua estratégia passa por promover a divisão entre trabalhadores, entre setores e entre gerações.

Na verdade, esta política tem como alvo central o fator trabalho, de que este governo é exímio executor, pretende livrar-se de responsabilidades face às que são as funções sociais do Estado e entregar a Educação, a Saúde e a Segurança Social a interesses privados, ao serviço dos quais se encontra a tríade Passos/Portas/Cavaco, conduzindo o país a um contínuo empobrecimento e por consequência, a um retrocesso civilizacional muito grave.

Os aposentados exigem o respeito que lhes é devido pois, constituindo hoje uma parte significativa da população, continuam

a contribuir, com a sua experiência, para a defesa dos valores democráticos e a formação das novas gerações.

II – PORTUGAL TEM FUTURO

Considerando esta situação, a FENPROF, como a generalidade do Movimento Sindical Unitário (MSU), defende que, mesmo no contexto da atual crise, Portugal tem futuro mas, para tal, torna-se urgente a demissão do governo e a convocação de eleições que permitam devolver ao povo o poder de decidir. Esta é a condição imprescindível à viabilização de uma verdadeira política alternativa que valorize o aumento da produção nacional e dinamize o setor público, que dignifique o trabalho e os trabalhadores e que promova os rendimentos das famílias, constituindo elementos fundamentais para um crescimento económico sustentado e para a criação de emprego com direitos.

A perpetuação das medidas deste governo teria como resultado mais custos humanos e sociais, a continuação da exploração dos trabalhadores, o empobrecimento das famílias e, por consequência, a ruína do país.

Neste contexto, a FENPROF reafirma as medidas apresentadas pela CGTP-IN, para a concretização de políticas para a mudança, designadamente:

- A renegociação da dívida, permitindo criar condições para relançar a atividade económica, emprego com direitos e uma justa distribuição da riqueza.
- O aumento dos salários e das pensões a fim de travar o empobrecimento e melhorar a procura interna.
- A dinamização da contratação coletiva, visando garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de vida, de trabalho e de aposentação/reforma.
- A defesa das funções sociais do Estado, como património conquistado com o 25 de Abril que é posto em causa pelas políticas de austeridade, cujas consequências para o dia-a-dia da população estão à vista: o elevado número de desempregados que não são abrangidos pelo subsídio de desemprego, ficando cada vez mais a cargo de familiares aposentados, as restrições no acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), os sucessivos cortes nas pensões de aposentação/reformas e também de sobrevivência ou o desinvestimento na Escola Pública.
- A garantia de uma política fiscal mais justa, não só na dimensão da carga fiscal em si, como na insuficiência da progressividade do sistema e também no elevado volume de fraude e evasão fiscal, o qual aproveita sobretudo aos grupos sociais com maior poder económico.

Decorre desta orientação para a mudança, um conjunto de reivindicações que articula as que são de carácter global com as específicas dos docentes aposentados. ●

III – CADERNO REIVINDICATIVO DOS PROFESSORES APOSENTADOS



Um Caderno Reivindicativo específico dos professores aposentados deverá obedecer, em primeiro lugar, a um conjunto de posicionamentos que constitua, em termos gerais, o cerne dos objetivos estratégicos para a ação que deverá ser desenvolvida.

Assim, com o objetivo de reforçar a luta pela resolução dos problemas dos Professores e Educadores Aposentados, a 1ª Conferência apela a todas as organizações que se afirmam representativas de docentes aposentados, independentemente da sua natureza, que concurram na ação:

- a) Pela demissão do atual governo, condição necessária para que se alterem as políticas em curso;
 - b) Contra as propostas do governo que, no quadro do Orçamento do Estado para 2014, assim como da alegada reforma do Estado, tenham por objetivo agravar ainda mais a situação dos aposentados e reformados;
 - c) Pela realização de uma auditoria, supervisionada pelo Tribunal de Contas à situação das contas do Estado, no que se refere à Caixa Geral de Aposentações;
 - d) Contra o desmantelamento da Caixa Geral de Aposentações;
 - e) Contra todas as medidas que visem impor cortes nas pensões;
 - f) Pela defesa da sustentabilidade da Segurança Social pública, enquanto imperativo constitucional e democrático;
 - g) Em defesa de serviços públicos de qualidade e de uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos;
- Os professores e educadores presentes na 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados aprovam ainda, no quadro do Caderno Reivindicativo, as seguintes exigências específicas:
1. Reposição do valor das pensões e consequente revogação de todas as medidas que foram impostas e conduziram à sua redução;

2. Revogação da contribuição extraordinária de solidariedade (CES) e devolução dos montantes já confiscados aos pensionistas desde janeiro de 2013;

3. Atualização das pensões e dos salários, de forma a compensar o aumento do custo de vida e o seu reflexo nas famílias. De acordo com as propostas sindicais o valor do aumento será de 3,7% e de valor nunca inferior a 40 euros;

4. Fixação da pensão de sobrevivência em 60% da pensão do cônjuge falecido e 70% no caso de mais de um beneficiário da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica atualmente no regime geral da Segurança Social;

5. Redução das taxas de IRS e reformulação dos escalões, no sentido de reforço da progressividade, revogação da sobretaxa aplicada desde janeiro de 2013 e reposição do valor das deduções à coleta;

6. Anulação da Lei nº 39/2013 que aumentou a retenção na fonte para IRS, com efeitos retroativos a janeiro de 2013, aos pensionistas deficientes ou não;

7. Anulação do desconto para a ADSE efetuado nos subsídios de férias e Natal, desde 2007, e reposição da verba correspondente a esses descontos;

8. Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, bem como para os aposentados, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários;

9. Alargamento da lista de doenças raras e crónicas e consideração das vítimas de acidente de trabalho e doença profissional, para, entre outros efeitos, a gratuitidade dos medicamentos correspondentes. Alargamento da lista de medicamentos genéricos e isenção do pagamento de taxas moderadoras enquanto estas se mantiverem;

10. Acesso a cuidados continuados públicos de proximidade e de qualidade por parte dos cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições;

11. Reforço do subsídio e da rede de apoios a idosos dependentes;

12. Reposição do desconto de 50% nos passes sociais;

A 1ª Conferência Nacional de Profes-

sores Aposentados manifesta ainda a sua posição sobre as condições do acesso à aposentação:

A) Rejeição das propostas do governo que visam a elevação da idade da reforma para 66 anos, o agravamento do Fator de Sustentabilidade e o seu plafonamento;

B) Exigência de manutenção do regime de aposentação antecipada com

alteração das normas excessivamente penalizadoras deste regime e indexação do valor das pensões relativamente aos dos salários no ativo;

C) Defesa da criação de um regime específico de aposentação que tenha em conta o elevado desgaste que comprovadamente o exercício da profissão provoca. ●

IV - AÇÃO E LUTA A DESENVOLVER

A 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados considera fundamental o papel dos Sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores, no ativo ou aposentados, bem como na consolidação da sociedade democrática prevista na Constituição da República Portuguesa, pelo que tudo fará no sentido de reforçar a sindicalização dos professores e educadores aposentados, tanto mais que, para a FENPROF, os problemas da aposentação são uma das preocupações centrais da sua ação.

A 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados manifesta a sua disponibilidade para participarem na ação global do movimento sindical e do povo português contra a política de austeridade, de empobrecimento e de submissão aos grandes agiotes internacionais, nomeadamente para participarem nas ações previstas em 26 de novembro.

Considera necessária a articulação, respeitando as suas características específicas como aposentados, que impedem, por exemplo, o recurso à greve, para organizar com a maior eficácia e acrescida mobilização ações específicas, como sejam a distribuição de comunicados à população, vigílias e outras iniciativas destinadas a fazer passar com clareza a sua mensagem e a sua luta.

Como formas de ação e luta dos professores aposentados e na sequência dos objetivos estratégicos, gerais e específicos definidos, a 1ª Conferência:

- Apela a uma grande participação dos docentes, incluindo os aposentados, nas ações previstas para 26 de novembro, em todo o país.

- Exige, da parte do governo, uma negociação séria de todas as matérias que respeitam também aos docentes aposentados.



- Defende um esforço particular para, a partir dos locais de trabalho e com expressão na dinâmica das direções sindicais, promoverem a convergência de todos os trabalhadores, no ativo ou aposentados, nas lutas que pretendam pôr fim às políticas de direita e levar à demissão do governo PSD/CDS.

- Defende o desenvolvimento de ações que permitam trocar informações e concretizar lutas no plano internacional e, em particular, europeu, no sentido de travar políticas que se enquadram numa ofensiva global contra todos os trabalhadores.

- Propõe que se organize uma auscultação junto dos professores aposentados, com vista a identificar as suas prioridades reivindicativas e as suas disponibilidades para agirem com eficácia na defesa dessas prioridades.

Os/as delegados/as presentes na 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, promovida pela Federação Nacional dos Professores, disponibilizam-se para se envolverem na ação que venha a ser desenvolvida, designadamente a entrega da Resolução aprovada ao Presidente da República Portuguesa, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República (AR) e aos Grupos Parlamentares.

Por fim, os delegados e delegadas à 1ª Conferência Nacional dos/das Professores/as e Educadores/as Aposentados/as declaram, na sua qualidade de docentes, inteira disponibilidade para se envolverem empenhadamente na defesa de uma Escola Pública democrática, de qualidade, gratuita e inclusiva! | Lisboa, 21 de novembro de 2013 ●

CGTP-IN em conferência de imprensa Desemprego: uma emergência social que exige medidas urgentes

Há que tomar medidas para fomentar o crescimento económico e criar emprego, nomeadamente o aumento dos salários e do salário mínimo nacional, dinamizando assim a procura interna e o aumento da produção nacional, salientou a CGTP-IN em conferência de imprensa realizada no passado dia 20 de janeiro, em Lisboa. Referindo que “o Governo não pode continuar a ignorar o seu dever de cumprir a Constituição da República e executar políticas que promovam o pleno emprego, garantindo a todos o direito ao trabalho com direitos e salários dignos”, a Central unitária chamou a atenção para as “especiais responsabilidades do Executivo nesta matéria”.

A não abertura de concursos para o preenchimento de vagas na Administração Pública e a substituição de trabalhadores por desempregados ocupados em “trabalho socialmente necessário” bem como a não fiscalização dos abusos que se verificam em muitas instituições de solidariedade social,

são da responsabilidade governamental. A CGTP-IN exige que o Governo tome medidas para a abertura de concursos públicos criando a possibilidade de integrar nos quadros da Administração Pública os desempregados com contratos emprego-inserção e a integração imediata dos desempregados abrangidos por contratos emprego-inserção que estejam a ocupar postos de trabalho permanentes em instituições do setor social. Entretanto, a Central pediu uma reunião ao Provedor de Justiça para denunciar os abusos e alertar novamente para este problema, bem como para a necessidade da sua rápida resolução.

Emergência social

No que concerne aos desempregados em geral, a situação atual é de emergência social, alerta a CGTP, que acrescenta: são necessárias medidas urgentes de reforço da proteção social no desemprego de modo a que nenhum desempregado fique sem qualquer rendimento quando se lhe esgo-

te o subsídio de desemprego. O Governo tem também que cumprir a Constituição da República relativamente a esta matéria, pois é seu dever proporcionar assistência material a todos os que involuntariamente se encontram em situação de desemprego.

Petição

Dada a urgência da situação e sem prejuízo de uma melhoria da proteção social no desemprego, a CGTP-IN apela a toda a população que assine a Petição à Assembleia da República para que esta legisle no sentido de alargar o subsídio social de desemprego a todos os trabalhadores em situação de desemprego que tenham esgotado o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, durante o período de crise; e financiar esta medida através de transferências do Estado para a Segurança Social (Proteção Social de Cidadania), apoiadas em recursos adicionais, obtidos através da tributação dos rendimentos de capital.

| JPO ●



Docentes colocados indevidamente no índice 245 são reposicionados no índice 272



Tribunal Administrativo e Fiscal notifica MEC a pagar desde julho de 2010, inclusive

Na sequência de ação interposta pelo gabinete jurídico do SPRC no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, foi entendimento deste Tribunal que se deveria aplicar o Acórdão do Tribunal Constitucional que

considerou, como já anteriormente noticiámos, ter sido violado “o direito à igualdade no progresso na função pública, garantia constitucional consagrada no artigo 47.º, n.º 2 da CRP”.

De acordo com o TC, como refere a fundamentação da sentença proferida pelo TAF de Coimbra, “os professores titulares com mais de cinco e menos de seis anos no índice 245 deverão transitar também eles ao índice 272, (...) tal como sucede com os detentores de antiguidade entre 4 e 5 anos no mesmo escalão 245, pelo que não resultou, da aplicação do art.º 24.º da LOE para 2011, a ultrapassagem destes por aqueles.” E tal deve ocorrer com a entrada em vigor do DL n.º 75/2010.

Assim, ao contrário do que determina este decreto-lei, os docentes não adquiriram o direito (o que deverá merecer uma apreciação mais apurada) a progredir ao índice 299, quando completam 6 anos, por tal ocorrer já

em período de congelamento, mas adquirem o direito de serem reposicionados no índice 272 a partir de 1 de julho de 2010.

O MEC foi, assim, mais uma vez (a primeira decorreu da referida decisão do Tribunal Constitucional, que o MEC ainda não cumpriu), condenado a “reconhecer o direito” à remuneração pelo atual índice 272 “desde julho de 2010, inclusive, e a proceder ao pagamento das consequentes diferenças salariais”. Ou seja, como já referido, a partir de 1 de julho de 2010.

Mais se informa que há outros processos a decorrer, quer nos tribunais administrativos e fiscais, quer no Tribunal Constitucional, relativamente a ações individuais e coletivas, seja em representação de sócios, individualmente considerados, seja em representação de todos os sócios dos sindicatos que avançaram com a ação e que se encontram nesta situação. ●

Professores Aposentados
www.fenprof.pt/aposentados



Contratos de autonomia

Ter autonomia é poder decidir!

Dados recolhidos confirmam as reservas da FENPROF quanto a este processo de contratualização

Clarificar o conceito de autonomia

Em contraponto com a excessiva centralização da administração educativa, a FENPROF tem defendido a descentralização, a autonomia e a participação como palavras-chave de uma escola democrática.

Considerando que a escola precisa de autonomia para poder responder de forma diferente e contextualizada aos problemas com que as comunidades locais se confrontam, a FENPROF tem chamado a atenção para a necessidade de definir com clareza que competências devem ser descentralizadas, opondo-se nomeadamente à contratação dos docentes pelas escolas e/ou autarquias, pelos riscos que acarreta (e que a experiência tem comprovado à saciedade) de injustiça e discricionariedade quanto a critérios universais e transparentes.

Defender uma Lei da Autonomia e de Financiamento

Quanto à forma como as escolas devem construir a sua autonomia, a FENPROF sempre discordou da contratualização escola a escola – entre outras razões, porque, no atual contexto de centralização da administração educativa, as escolas estarão sempre em desvantagem na negociação destes contratos, e porque a possibilidade de haver escolas que realizam contratos (e, por essa via, têm mais competências e recursos) e outras que não os realizam pode contribuir para agravar as desigualdades entre as escolas, representando um risco de desregulação do sistema educativo.

Por isso a FENPROF tem defendido, em alternativa, a aprovação de uma Lei da Autonomia para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário, assim como uma Lei de Financiamento que determine regras claras para a fixação dos orçamentos e a garantia da responsabilidade da administração perante a dotação orçamental a ser atribuída a cada escola/agrupamento de escolas da rede pública.

Escolas/Agrupamentos pressionados a celebrar contratos

Apesar de os contratos de autonomia estarem previstos na lei desde 1998 (DL 115-A/98), passada mais de uma década, apenas 22 tinham sido celebrados.

Contudo, recentemente, as estruturas regionais do MEC têm vindo a propor, de forma insistente, a assinatura de contratos de autonomia a centenas de escolas (entre as quais escolas TEIP), colocando como aliciente o facto de poderem dispor de mais recursos humanos e financeiros, através da candidatura a fundos europeus – na prática, condições especiais de que as escolas TEIP já dispunham.

Desobrigar o Estado e transferir responsabilidades

Não deixa de ser significativo que o alargamento dos contratos de autonomia seja uma das medidas que consta do guião da reforma do Estado – a par da concessão de escolas a autarquias e a comunidades de professores, do alargamento dos contratos de associação, da implementação do cheque ensino e do desenvolvimento do ensino dual –, um documento que não procura responder aos problemas das escolas e dos alunos mas sim à opção ideológica de desestruturar o sistema público de educação. Por outras palavras, para o governo autonomia significa desobrigar o Estado transferindo responsabilidades para as escolas, as autarquias, os professores, os interesses privados, ou seja, significa desregulação e desresponsabilização. (Cor)respondendo a esta pressão da administração, no próximo ano letivo cerca de

“

a FENPROF reafirma as suas reservas relativamente a este processo de contratualização e apela aos professores e às escolas para que não avancem para a assinatura de contratos de autonomia sem uma discussão aprofundada na comunidade escolar que clarifique as razões e as implicações desse processo.

300 escolas/agrupamentos, de acordo com os números do MEC, terão celebrado um contrato de autonomia. Perante esta realidade, a FENPROF procurou recolher informação concreta junto das direções de Escolas/Agrupamentos com contratos de autonomia há um ou mais anos sobre as mais/menos valias desses contratos para a vida das escolas.

Informação recolhida junto de escolas com contratos de autonomia

Do levantamento feito, resulta claro que a lista dos aspetos negativos suplanta em grande número a dos positivos, sendo de realçar na generalidade das respostas a referência a:

- expectativas goradas, em face do não cumprimento dos compromissos por parte da tutela
- não existência de uma verdadeira autonomia
- obrigação do cumprimento rigoroso das regras (idênticas para todas as outras escolas/agrupamentos com ou sem contratualização), quer ao nível das normas orçamentais quer ao da flexibilização curricular
- manutenção do controlo asfixiante da administração/inspeção
- parcos recursos administrativos
- impossibilidade de implementação de estratégias organizativas ou de projetos específicos que colidam com os normativos correntes.

De registar ainda que, relativamente à possibilidade de um maior envolvimento das escolas na escolha dos seus professores (o que acontece já hoje em cerca de 100 escolas TEIP e Contrato de Autonomia, que, para suprir as falhas resultantes de saídas de professores do quadro, estão impedidas de receber professores da bolsa de recrutamento, devendo suprir essas vagas por decisão própria), mesmo quando essa contratação por escola é valorizada como

princípio, a morosidade e a complexidade do processo de seleção (envolvendo frequentemente centenas de candidaturas) é avaliado de forma muito negativa, não apenas para os professores envolvidos, mas também para as escolas e para os alunos que ficam privados de professores durante semanas ou mesmo meses.

Os aspetos referidos como positivos, para além de um pequeno acréscimo de meios, sobretudo na primeira contratação (mais horas de apoio ou um/meio psicólogo...), que apesar de tudo as escolas valorizam, no atual contexto de escassez de recursos, são processuais e marginais relativamente ao que a autonomia em si deve representar enquanto poder de decisão, sendo referidas como vantagens questões como: maior objetividade na definição de metas, resultados escrutinados com maior acutilância, definição uniformizada de indicadores, maior auto conhecimento da organização ou maior abertura ao exterior e à comunidade envolvente.

Autonomia é poder de decisão

Mais uma vez se comprova que a tão proalada autonomia não passa de retórica discursiva e que com a contratualização, as escolas não dispõem de mais autonomia, nomeadamente no plano pedagógico, pois nessa matéria o MEC não abdica de ditar as regras (a imposição administrativa do número de alunos por turma é a esse respeito paradigmático).

Ter autonomia é poder decidir em questões essenciais, é poder estabelecer regras próprias numa perspetiva de auto-governo e num contexto de responsabilização.

Ora, enquanto a administração educativa se mantiver fortemente centralizada, a autonomia das escolas não passará de uma intenção recorrentemente anunciada, mas sistematicamente contrariada.

Aliás, este alargamento da contratualização dá-se, paradoxalmente, num contexto de recentralização, favorecido quer pelas plataformas informáticas, quer pela constituição de mega-agrupamentos, tal como o Conselho Nacional de Educação (CNE) recentemente denunciou, ao afirmar que “a criação de agrupamentos de grande dimensão tem vindo a criar problemas novos onde eles não existiam” alertando, também, para “a recentralização do poder na administração central, agora reforçada na sua capacidade de controlo de tudo e todos, pelas novas tecnologias” (Recomendação nº 7/2012, CNE).

Neste contexto, a FENPROF reafirma as suas reservas relativamente a este processo de contratualização e apela aos professores e às escolas para que não avancem para a assinatura de contratos de autonomia sem uma discussão aprofundada na comunidade escolar que clarifique as razões e as implicações desse processo. ●



NO ALVO

Comunidade científica critica duramente a FCT

A FENPROF e os bolsseiros e investigadores em geral têm vindo a criticar duramente a política da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de forte redução do apoio à formação avançada e ao emprego científico. A FCT, com esta sua política, que é também a política do atual governo, promove fortemente o desemprego de investigadores e o seu afastamento para o estrangeiro, com graves prejuízos para o desenvolvimento da Ciência e para o seu importante papel na recuperação dos atrasos do desenvolvimento do País, destaca uma nota de imprensa divulgada no passado dia 23 de janeiro pelo Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF.

A este propósito, refere aquela tomada de posição, “tomámos recentemente conhecimento de dois documentos que vêm ao encontro destas posições muito críticas”:

- Uma *Carta Aberta* sobre a Ciência, assinada pela Comissão Executiva do Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) que apresenta uma análise crítica sobre a recente atribuição de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento pela FCT e inclui dados que evidenciam a redução do número de bolsas e de contratos para investigadores atribuídos nos últimos anos.

- Uma carta dirigida ao Presidente da FCT, pelos membros do júri do Painel de Sociologia, muito crítica relativamente ao processo de avaliação e à publicação dos resultados da atribuição de bolsas.

Como realça o primeiro daqueles documentos, “reduzir drasticamente, como se pretende, a formação avançada de recursos humanos em ciência, e mandar embora grande número de cientistas qualificados, tem como consequência imediata reduzir a capacidade científica do País e a sua cultura científica e conduz, inevitavelmente, à quebra de capacidade tecnológica do tecido empresarial português, atrasando a sua renovação e penalizando a sua competitividade”. ●





Combater a descaracterização do 1º Ciclo do Ensino Básico Defender os direitos dos professores

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

Nos dias 28 e 29 de março de 2014, a FENPROF realiza a 4ª Conferência Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico sob o lema “(Re)Pensar a Escola, Dignificar o Professor, Respeitar a Criança”. Como já foi divulgado pelo JF, a Conferência contará com 200 delegados eleitos, entre os sócios dos Sindicatos da FENPROF, nas

diversas regiões (Norte – 44, Centro -46, Grande Lisboa – 70, Sul – 16, Madeira – 14 e Açores – 10). Serão ainda delegados a esta Conferência os membros do Conselho Nacional da FENPROF.

As questões em debate nesta Conferência são as que resultaram do processo de auscultação, realizado no primeiro período letivo, com um questionário junto dos profes-

sores do 1º Ciclo do Ensino Básico e visam avançar propostas para uma nova escola do 1º Ciclo. Nova nos seus modos de organização e funcionamento, nova na sua organização curricular, nova nas condições de exercício e desenvolvimento da profissão docente neste ciclo de escolaridade.

Reafirmaremos propostas para essa nova escola: um regime de docência assente em equipas educativas/coadjuvação, a necessidade reduzir significativamente o número de alunos por turma, a urgência de alterações na organização dos agrupamentos com vista a alargar a participação dos professores. Discutiremos propostas relativas às condições de aposentação e à redução da componente letiva do horário em função da idade e tempo de serviço.

Com o governo do PSD/CDS e o consulado de Lurdes Rodrigues tem vindo a ser promovida uma completa descaracterização do 1º Ciclo do Ensino Básico que necessita de ser combatida no plano da ação e da luta, mas também com propostas e soluções. Este processo de descaracterização, ainda em curso, inclui a solução adotada com as AEC, o aumento de alunos por turma, os exames, a disparatada burocracia a que os professores têm que dar resposta com prejuízo para a atividade letiva, e o encerramento de milhares de escolas sem qualquer contextualização das decisões.

Mas, a Conferência não pode limitar-se a discutir propostas para uma nova escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. A Conferência deve também aprovar um caderno reivindicativo e propostas de ação sindical a apresentar ao Secretariado Nacional da FENPROF.

Desta forma a 4ª Conferência assumirá um dos aspetos da matriz fundadora da FENPROF – debater e propor soluções para a educação e para os problemas dos professores e, simultaneamente, mobilizar, agir e lutar para alcançar resultados e transformar. ●

Escola Superior de Educação (ESE) de Lisboa: 12 minutos de resposta ao ministro Crato



No passado dia 16 de janeiro, por iniciativa da ARIPESE (Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação), decor-

reu em várias ESEs um momento simbólico: durante 12 minutos – o tempo da intervenção do ministro Crato na RTP – as Escolas Superiores de Educação protestaram contra as afirmações do ministro.

Nuno Crato, recorde-se, deu a entender que a formação dos professores e educadores nas ESEs seria de baixa qualidade e inferior à das universidades.

Ministro desmentido

Na ESE de Lisboa, cerca de 50 docentes contestaram as opiniões de Nuno Crato,

sustentando que mesmo nas instituições privadas se reconhece a qualidade da formação das ESEs – são por regra os candidatos preferidos, afirmaram eles. Consideraram que os dados dos vários instrumentos internacionais de avaliação, onde se verifica uma nítida melhoria dos alunos portugueses, é também um desmentido das opiniões de Crato quanto à qualidade dos docentes saídos das ESEs. Decidiram ainda tomar medidas para uma maior divulgação do trabalho desenvolvido na instituição e o seu papel no desenvolvimento do sistema educativo. ●



Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

A “Besta”

DULCE PINHEIRO (Membro do SN da FENPROF)

A proposta do governo de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas é semelhante a uma “besta” que tudo arrasa em seu redor! Logo à nascença esta proposta é marcada pela trapaça. Os seus autores (governo do PSD/CDS) simulam um período de negociação com os sindicatos e, antes do término, aprovam-na em Conselho de Ministros e enviam-na para a Assembleia da República, num completo desrespeito pela Lei e pelas organizações sindicais com quem estão obrigados, de facto, a negociar! Se a Assembleia da República vier a aprovar uma lei com base em tal proposta, estaremos novamente confrontados com a necessidade da verificação da constitucionalidade formal por violação da Lei da negociação coletiva da Administração Pública.

Da sua filosofia concluímos estar em presença de mais um ajuste de contas com o 25 de Abril: continua o processo de retirada dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, concretiza o desmantelamento dos serviços públicos com vista à sua destruição e privatização. As consequências poderão ser trágicas para os cidadãos quanto ao direito à saúde, à educação, à segurança social pública e de qualidade... No fundo trata-se de cumprir ordens da trioka lavradas no memorando concretizando aquele que é o objetivo central de sucessivos governos - a reestruturação e reconfiguração do Estado, a destruição dos serviços públicos e das suas funções sociais.

Do seu conteúdo verificamos que esta proposta de lei compila várias malfetorias do governo: o aumento para as 40 horas como trabalho não pago; as «rescisões por mútu-

acordo» que empurra os trabalhadores para autênticos despedimentos coletivos, sem direito sequer a subsídio de desemprego; a «requalificação» que determina uma redução brutal da remuneração e os deixa na antecâmara do despedimento; o aumento da precariedade, nomeadamente com recurso a recibos verdes mesmo para tarefas permanentes; o aprofundamento do ataque às organizações sindicais enfraquecendo o direito à negociação, equiparando-o ao direito de participação, possibilitando a declaração de greve por assembleias de trabalhadores e a adesão a acordos coletivos de trabalho por trabalhadores não sindicalizados, numa violação abjeta da Constituição!

Esta proposta de Lei está em discussão pública na Assembleia da República. A FENPROF foi ouvida. Para além de reafirmar a sua discordância e repúdio pela proposta governamental chamou a atenção para aspetos específicos dos docentes: sobre contratação e sua articulação com a diretiva comunitária 1999/70/CE de 29 de junho; sobre os horários de trabalho e o acordado com o MEC sobre as 5 horas que crescem e a sua reversão para a componente individual; sobre a requalificação / mobilidade especial terem de atender aos compromissos da ata de 25 de junho e, quanto ao Ensino Superior, às especificidades da profissão e respeito pelos Estatutos de Carreira; sobre serviços mínimos na Educação demonstrou que são uma decisão marcadamente política e não uma necessidade impreterível como ficou demonstrado nas greves do verão de 2013. Nada de irreparável aconteceu!

Professores mobilizados

A aposta deste governo é o ataque à democracia e aos direitos constitucionais. Uma coisa é certa: não existe democracia sem uma Administração Pública de qualidade, ao serviço dos trabalhadores e das populações, que garanta o exercício dos direitos constitucionais de todos e, claro, o direito dos seus trabalhadores a um posto de trabalho digno e com direitos! Os professores lutarão contra esta e outras “bestas”! Dia 1 de fevereiro, em conjunto com os outros trabalhadores, saberão dar um forte exemplo de que não se renderão! ●

1 de fevereiro Não nos calamos!

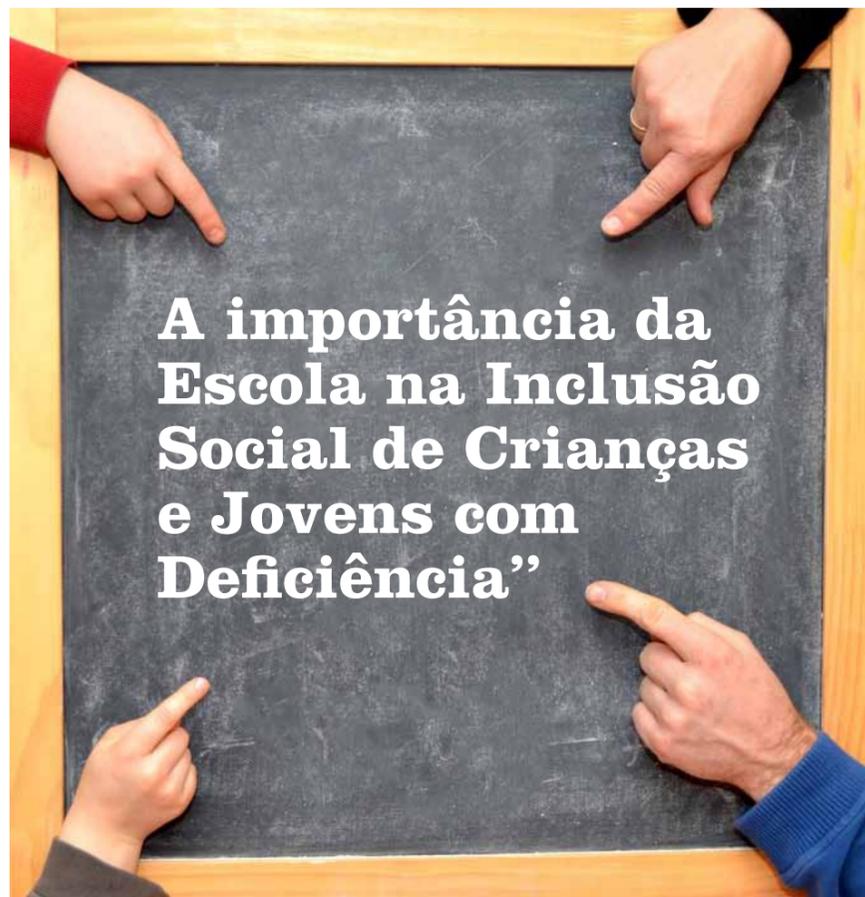
No fecho desta edição, estava tudo a postos para o Dia Nacional de Luta contra a exploração e o empobrecimento, iniciativa da CGTP-IN agendada para 1 de fevereiro em todos os distritos do continente e nas regiões autónomas dos Açores e Madeira.

Envolvendo os diferentes setores de atividade - privado, administração pública, desempregados, jovens, reformados, pensionistas e idosos -, este dia de protesto tem como objetivo afirmar a luta contra os despedimentos e a destruição de postos de trabalho, pelo aumento dos salários, a defesa dos direitos sociais e da contratação coletiva, a melhoria das condições de trabalho, a defesa das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, pela demissão do Governo, pela convocação de eleições antecipadas, pela afirmação e cumprimento da Constituição da República e pela defesa do regime democrático - objetivos que mobilizam desde a primeira hora os professores, educadores e investigadores.

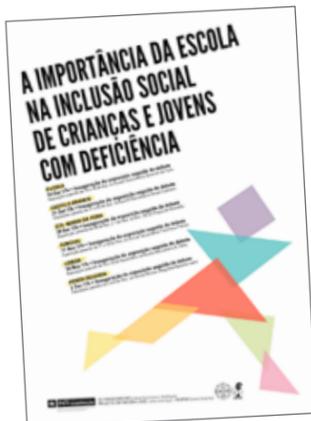
No momento em que esta edição segue para a tipografia, confirmava-se a realização de paralisações, manifs, concentrações e várias ações de informação junto das comunidades locais.

A jornada de 1 de fevereiro foi aprovada no Conselho Nacional da CGTP-IN, realizado no início do ano, que decidiu igualmente lançar uma **Petição** pelo direito ao emprego e a proteção social no desemprego, no sentido de reclamar a execução de políticas que garantam o direito constitucional ao pleno emprego e garantir a proteção social a todos os trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as que tenham esgotado o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, durante o período de crise. | JPO ●





No dia 14 de outubro de 2013 iniciou-se este projeto com a inauguração da primeira exposição e a realização do primeiro debate. Todas as exposições contaram com a presença e intervenção dos diretores das escolas onde se realizaram e com o Presidente da CNOD, José Reis e com o Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira. Antes do debate e, em alguns locais, durante a semana em que decorreu a exposição, apresentámos o vídeo vencedor de 2012 do concurso “Escola Alerta”, promovido pelo INR com o título de “Férias Desportivas para Todos” que relata a experiência de uma turma do Agrupamento de Escolas de Portel, em Évora, e também fotografias ilustrativas do trabalho desenvolvido na área da Educação Especial na escola pública.



Objetivos do Projeto

O Projeto, de parceria CNOD/FENPROF, percorreu o território nacional, constando de exposição e debate que se realizaram nas diversas regiões do país (norte, centro, Grande Lisboa, sul e regiões autónomas).

Com o objetivo de sensibilizar a comunidade educativa para a importância da Educação/Escola Inclusiva foram muitos os participantes nas 6 sessões realizadas representando docentes, não docentes, alunos, encarregados de educação e associações locais/regionais.

A consciencialização para a importância da inclusão de crianças e jovens com deficiência em contextos não segregados, de contacto direto e permanente com crianças e jovens sem deficiência, no âmbito da escola e da sociedade, foi o resultado final de cada sessão. A tolerância e o respeito pela diferença, numa perspetiva de **escola para todos**, de participação plena e efetiva na escola e na sociedade, em termos de igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, independentemente da sua condição física ou psíquica, foi sentimento comum a todos os participantes.

ÉVORA

Exposição de 14 a 18 de Outubro na Escola Secundária Severim de Faria

O Debate foi moderado pela dirigente do SPZS Fátima Moreira.

Bruno Serrano (Psicólogo na Intervenção Precoce): “devem privilegiar-se os contextos naturais onde a criança está inserida (domicílios e estabelecimentos educativos – creche, jardim de infância e escola). A Intervenção deve privilegiar as prioridades da família.”

Maria Isabel Melo (Educadora de Infância): “O grupo onde os meninos estão integrados é fundamental. A família é o 1º contexto de vida da criança. Há falta de apoio dentro da sala.”

José António Caixeiro (Professor do 1º CEB; docente responsável pelo projeto da Escola Alerta): “O Ricardo está sempre com os colegas em todas as atividades dentro e fora da sala/escola.”

Gertrudes Pastor (Docente de Educação Especial): “é muito importante ouvir os colegas do regular falar dos seus alunos com NEE. Isto é inclusão. O 3/2008 representa um retrocesso porque não é a questão pedagógica que define o apoio.”

Bruno Martins (Departamento de Apoio ao Aluno com NEE da Universidade de Évora): “na Universidade os desafios de inclusão são ainda maiores. Não há legislação. Está constituído um grupo de apoio ao estudante com NEE no ensino superior onde participam várias universidades. Cada vez há mais alunos com NEE no ensino superior. Os alunos não podem depender da boa sorte e boa vontade das universidades.”

Zulima Gaspar (Associação de Surdos de Évora): “há uma grande solicitação de apoio na entrada no mercado de trabalho. Os alunos ouvintes aprenderam com o aluno surdo a ‘língua gestual’ e assim comunicam entre eles: isto é inclusão.”

Debate: “antes o número de professores era de acordo com o número de alunos; agora o nº de alunos é de acordo com o nº de professores.”

CASTELO BRANCO

Exposição de 21 a 25 de Outubro na Escola Secundária Amato Lusitano.

O Debate foi moderado pela dirigente do SPRC Maria de Lurdes Santos e transmitido em direto pelos alunos do curso profissional de tecnologias da Escola Secundária Amato Lusitano.

Manuel Rodrigues (Professor de Educação Especial, Aposentado): “Em 2014 comemora-se o 40º aniversário do 25 de Abril, em que uma das conquistas foi a Educação para Todos. A mudança do rumo da Educação em Portugal depende de todos nós!”

Ana Maria Almeida (mãe de jovem com NEE): “Há sempre uma grande necessidade dos alunos com NEE serem bons alunos. Os professores do ensino regular têm muita falta de apoios para trabalhar com este alunos.”

Elisa Maria Correia (Professora do 1ºCEB): “É difícil falar de inclusão quando existe uma unidade de ensino estruturado na escola.”

José Adelino Proença (Professor do ensino especial): “Com a publicação do DL 319/91 que houve um crescendo na inclusão de alunos com NEE. O DL 3/2008 põe em causa a diversificação de estratégias para as diferenças. Os docentes do ensino regular têm muitas dificuldades de fazer diferenciação pedagógica numa turma de 30 alunos. É impossível falar em inclusão sem apoios dentro da sala de aula. Há muita dificuldade de relacionamento com as famílias porque o tempo de apoio é muito reduzido. Estamos a falar de Direitos Humanos e não de caridade!”

Debate: “Todos os professores são professores de Educação Especial. O MEC está a retirar direitos a crianças que, depois, enquanto adultos, não os recuperarão. A inclusão não pode ser pela boa vontade dos pais ou dos professores. A inclusão é obrigação do Estado! A inclusão não é um caminho fácil nem facilitado...é um caminho muito longo.”

SANTA MARIA DA FEIRA

Exposição de 28 de Outubro a 1 de Novembro na Escola EB 2/3 Paços de Brandão.

O Debate foi moderado pela dirigente do SPN Ondina Maia.

Ana Simões (Educadora de Infância

especializada em Intervenção Precoce):

“A criança tem que ser vista como um todo, com os seus fatores intrapessoais e interpessoais. Os primeiros anos de vida (0-6 anos) correspondem ao período mais rápido do desenvolvimento do ser humano sendo de grande importância a heterogeneidade dos estímulos a importância da diversidade e qualidade de experiências e contextos.”

Vítor Gomes (Professor do 1ºCEB): “Em 2010/2011 foi realizada a 1ª diminuição do nº de alunos com NEE para apoio da Educação Especial, sem qualquer alteração legislativa. A portaria 275-A é um retrocesso claro na inclusão e uma opção ideológica. A Intervenção Precoce é um subsistema da Educação Especial. Todos temos direito ao acesso e sucesso educativo.”

Debate: “O sucesso de todos os alunos é condição principal para o sucesso profissional dos professores. Apelo aos professores da Educação Especial e aos do ensino regular para tratarem os alunos com NEE em pé de igualdade com os outros alunos.”

FUNCHAL

Exposição de 11 a 14 de Novembro na Escola Secundária Francisco Franco.

O Debate foi moderado pela dirigente do SPM Cristina Gonçalves.

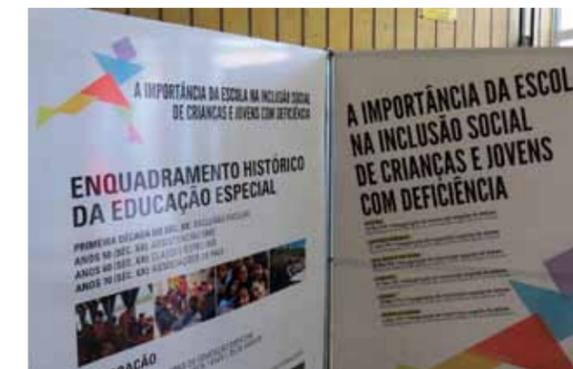
Rita Freitas (Encarregada de Educação): “Todas as crianças precisam de atenção especial. Inclusão é já de si discriminatório. Quando uma criança com NEE é discriminada quem é o deficiente?”

Ana Simões (Educadora de Infância especializada em Intervenção Precoce): “O modelo mais consensual neste momento na Intervenção Precoce é o da intervenção centrada na família em que o bem estar da família é visto como um todo onde se inclui a criança. O profissional tem que abdicar do seu poder absoluto para o compartilhar com a família.”

Glória Gonçalves (Docente Especializada): “A formação e informação é fundamental para toda a comunidade educativa. Só há inclusão social se houver inclusão escolar. O docente de Educação Especial é mais um recurso da escola.”

Filipe Rebelo (Presidente da Delegação do Funchal da Associação Portuguesa de Deficientes): “Não percebe porque é que se chama natação adaptada uma vez que a piscina é igual para todos. Os estacionamentos para deficientes ou as casas de banho para deficientes são ridículas. Nós próprios criamos os rótulos. A pessoa com deficiência tem que ter a mesma aptidão para uma profissão que todos os outros cidadãos e não entrar por causa de uma quota.”

Mário Nogueira (Secretário-Geral da FENPROF): “A nossa escola não é inclusiva porque está orientada para o alu-



Évora



Castelo Branco



Santa Maria da Feira



no médio imaginário. A escola é aberta a todos, consegue lá ter todos mas não está a dar respostas a todos em condições de efetiva igualdade para todos atingirem o nível desejado de sucesso.”

Debate: “Todos os dias vejo a alegria do meu filho quando entra na escola. A quota para deficientes para a entrada na universidade é discriminatória. Por vezes é a vontade dos professores que prevalece sem terem em conta a opinião dos pais.”

LISBOA

Exposição de 19 a 23 de Novembro na Escola Secundária D. Dinis.

O Debate foi moderado pela dirigente do SPGL Ana Paula Simas.

David Rodrigues (Pró-Inclusão): “A inclusão tem a ver com a conceção de escola, currículo, estratégias, avaliação. Não pode ser escola + inclusão. A inclusão na escola não pode ser para criar *bunkers* na escola. Há profecias autorrealizáveis: os professores são incapazes; as escolas não são capazes de ensinar todos os alunos; os alunos já não são como antigamente. Estas profecias tornam-se desgraças reais/ realizáveis se não as combatemos.”

Joaquim Colôa (Docente de Educação Especial): “Neste momento há um caminho ideológico marcado. Se as escolas públicas tivessem os mesmos apoios e recursos humanos e físicos que as instituições, então também teriam as mesmas condições de apoio. A escola não consegue implementar a Educação Inclusiva sozinha. A Educação Especial e a Educação em geral são uma questão ideológica e uma questão de opção política.”

Elsa Castanho (Encarregada de Educação): “Sendo a escolaridade obrigatória até aos 18 anos porque é que houve tanta dificuldade para as escolas aceitarem a

minha filha? A minha filha só frequenta a escola secundária porque eu quis. Na vida não há inclusão.”

Debate: “Qual é o professor que se sente feliz com as políticas que estão a ser implementadas? A preparação para a vida adulta começa desde o nascimento. À medida que estas crianças crescem as barreiras são cada vez maiores. A diferença faz-se pelas pessoas que estão à frente das escolas e dos projetos. A inclusão não pode ser perfeita com base em coisas que não são perfeitas. Os alunos com NEE têm que estar junto dos seus pares para aprenderem a viver em sociedade porque não vivem num mundo à parte. As pessoas com deficiência têm que ser educadas para a inclusão.”

PONTA DELGADA

Exposição de 2 a 6 de Dezembro na Escola Básica Integrada Roberto Ivens.

O Debate foi moderado pela dirigente do SPRA Clotilde Duarte. Este debate teve

Iniciativa oportuna, eficaz e mobilizadora

JOSÉ REIS (Presidente da CNOD)

O projeto “Sensibilização da Comunidade Educativa Escolar para a Importância da Escola na Inclusão Social de crianças e jovens com deficiência”, que constou de exposições e debates em seis locais do País, continente e ilhas, numa parceria FENPROF/CNOD co-financiada pelo INR-IP, foi em nossa opinião uma iniciativa muito oportuna, eficaz e mobilizadora.

Oportuna, porque coincidindo com as dificuldades, obstáculos e problemas colocados às famílias e aos alunos com NEE logo na abertura do ano escolar, teve o mérito de poder intervir juntando a sua ação às famílias e outras associações, quando centenas de alunos com NEE eram impedidos no acesso à educação em diversos locais do país, por falta de meios materiais e humanos nas escolas.

Eficaz, porque nas seis zonas onde este projeto chegou foi possível às duas confederações fazer uma constatação, no terreno, de diversos constrangimentos (até falta de acessibilidades em algumas escolas) quase todos originados pela política economicista e insensível deste governo, que assim está a contribuir para o retrocesso da educação inclusiva consagrada em legislação nacional e internacional, que estas duas instituições não deixarão de denunciar e combater.



Mobilizadora, porque gerou um sentimento coletivo da necessidade de luta, pela tolerância e o respeito pela diferença numa perspectiva de escola para todos, de participação plena e efetiva na escola e na sociedade em termos de igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens desde a educação precoce ao ensino superior independentemente da sua condição.

Dos debates, uma evidência, o profundo descontentamento e responsabilização do governo pelo referido retrocesso na educação especial que tem sido executado pelo ministro da educação, de forma insensível e incompetente.

Por fim quero deixar uma palavra de reconhecimento à FENPROF, nossa parceira neste projeto, e manifestar a nossa disponibilidade para projetos ou ações futuras. ●

a presença de uma intérprete de Língua Gestual Portuguesa.

Mário Nogueira (Secretário-Geral da FENPROF): “Os governos não querem que exista educação inclusiva. O governo português não pode estar só comprometido com a troika. A ausência de resposta por parte da escola pública é intencional. A inclusão não acontece só pelo facto de todos os alunos entrarem pelo mesmo portão da escola. Nem todos os alunos com deficiência têm NEE. Sem alterações na escola não há alterações na sociedade. É fundamental a integração da Educação Inclusiva nos currículos da formação inicial de professores. Apesar de tudo, há professores, pais e alunos que merecem tudo porque continuam a fazer muito pela inclusão de pleno direito das crianças e jovens com NEE na Escola Pública.”

Sandra de Fátima Faustino (Encarregada de Educação): “A Mariana é conhecida em todos os contextos que frequentamos. Nenhuma criança ou jovem com NEE, para além dos seus problemas, deve ter que lidar com o facto de estar isolada da sociedade.”

Ana Simões (Educadora de Infância especializada em Intervenção Precoce): “A intervenção deve ser o mais precocemente possível, ou seja, após o nascimento em caso de risco biológico e antes do nascimento em caso de risco ambiental. A equipa (educação, saúde e segurança social) é fundamental em todos os momentos e contextos antes e após o nascimento de uma criança em risco.”

Debate: “A Intervenção Precoce na R.A. Açores deixou de ter legislação em 2006 e só em 2012 é que saiu uma legislação conjunta entre Educação, Saúde e Segurança Social. Os alunos com NEE têm 2 aulas semanais de uma determinada disciplina mas na realidade só frequentam uma. Há um grande esforço por parte dos profissionais de educação para a inclusão. A inclusão é mais difícil a partir do 2ºCEB. Nos níveis de ensino mais avançados a educação inclusiva ainda está a iniciar-se e a comunidade educativa tem que ter tempo para se adaptar às mudanças. A redução dos professores da Educação Especial não é da autonomia das escolas...é orientação da tutela. É falso dizer que todos os alunos com NEE têm apoio.”

Avaliação do Projeto realizada pelos participantes nas sessões

Todos os participantes consideraram a iniciativa importante e interessante. Tendo cada sessão diferentes

oradores (docentes do ensino regular, docentes da educação especial, pais e encarregados de educação, representantes de associações, psicólogos) as perspectivas e as experiências de vida partilhadas foram muito diversificadas. A grande maioria dos participantes referiu a importância destas iniciativas e a necessidade de realização em mais locais. ●

Como continuar a defesa da Educação Inclusiva?

A FENPROF há muito tempo que defende a Escola Inclusiva para todos os alunos, independentemente da sua condição física, psíquica ou económica. Consideramos que a responsabilidade de uma inclusão efetiva é de toda a comunidade educativa (docentes, não docentes, pais e alunos). Por essa razão, no âmbito da Semana Mundial de Ação pela Educação (promovida pela Internacional da Educação, de 4 a 10 de maio de 2014) a FENPROF irá organizar, não um encontro de educação especial, mas um Encontro Nacional de Educação Inclusiva, dirigido a toda a comunidade educativa.

Como concordamos com a afirmação “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”, a FENPROF continuará a luta em defesa de uma **Escola Pública de Qualidade, Gratuita, Democrática e Inclusiva para Todos!**



Vamos continuar

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário Geral da FENPROF)

A inclusão enche a boca de muitos, mas estamos bem longe de a alcançar. Pelas mesmas portas da escolas entram crianças e jovens, cada uma com as suas necessidades, mas, salvo raras exceções, lá dentro, ou são separadas, ou merecem o tratamento-padrão, pois outra coisa não conseguem os professores fazer em turmas com 30 alunos e com uma sobrecarga de trabalho na escola que lhes retira tempo que seria fundamental para, na sua componente individual, prepararem devidamente uma intervenção pedagogicamente diferenciada na sala de aula.

Só situações mais complexas, por norma, do foro clínico, merecem medidas de apoio, sejam ou não de Educação Especial, que, de alguma forma, garantem uma razoável integração dos alunos, mas ficam muito longe da satisfazer as exigências de uma educação inclusiva.

Conhecer opiniões

Do desenvolvimento do projeto desenvolvido em parceria por Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) e Federação Nacional dos Professores (FENPROF), ressaltou essa realidade.

É evidente que a educação inclusiva – numa escola inclusiva plena – não é fácil de alcançar e há até quem considere utópicos os que a defendem, o problema é que, de há alguns anos para cá, os passos que têm sido dados pelos responsáveis políticos da Educação afastam cada vez mais a escola desse objetivo que o Estado Português, já por diversas vezes, em grandes fóruns internacionais se comprometeu alcançar.

Este projeto permitiu-nos conhecer a opinião de professores, pais, estudantes, profissionais diversos da Educação, dirigentes associativos de organizações representativas de pessoas com deficiência e, sobretudo, fez-nos ter uma certeza: há tanto por fazer neste domínio que não podemos desistir.

É preciso fazer mais e cada vez melhor por esta causa que é nobre e que permite, também, atestar o estado da Democracia.

A nossa, como todos já nos apercebemos, passa um mau bocado razão por que vamos continuar. ●

SPRA em audição na Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional Pela integração dos docentes contratados nos quadros



Aproveitando a iniciativa da representação parlamentar do Bloco de Esquerda, que apresenta uma proposta de DLR para a criação de um regime excecional dos docentes contratados, através de um concurso externo extraordinário, o Sindicato dos Professores da Região Açores defendeu, em audição da CAS (Comissão de Assuntos Sociais) da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a necessidade de o Governo Regional combater de forma eficaz o drama da precariedade docente.

O SPRA por diversas vezes, e ao longo dos anos, tem denunciado o flagelo social que todos os anos se abate sobre os docentes contratados.

Ano após ano, a Região contrata docentes para suprir necessidades do sistema educativo regional que o SPRA considera que são permanentes.

Assim, e de acordo com o Parecer emitido pela Direção do SPRA, defende-se que:

Se faça a clarificação dos conceitos de necessidades permanentes e transitórias do Sistema Educativo Regional, tendo em conta

as formas de mobilidade como o destacamento, a requisição e a comissão de serviço; A SRECC faça o apuramento efetivo das necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional;

Se proceda à abertura de vagas nos Concursos Interno/Externo de 2014 e 2016 que possam absorver os docentes contratados com contratos que correspondem a necessidades permanentes na Região.

O SPRA pretende, com esta proposta, a defesa da existência de um único Quadro de Escola/Unidade Orgânica, e que não se avance para a criação de um Quadro de Ilha ou de dimensão superior (nomeadamente um Quadro de Região), pois isso seria criar quadros diferentes da legislação atual, de dimensões geográficas incompatíveis com a dispersão física destas ilhas e poderia também criar-se, erradamente, a noção de professores de 1.º e de professores de 2.º.

O SPRA defende que não é possível a Região estar todos os anos a recrutar, em média, cerca de 600 docentes em contrato a termo resolutivo. Só este facto evidencia que o Sistema Educativo Regional necessita destes docentes para o normal funcionamento das escolas, como, aliás, já foi assumido por uma deputada do partido que suporta o Governo, em Plenário da ALRA.

Atendendo a isso, o SPRA exige que, pelo menos, metade dos lugares que vão todos os anos a concurso, isto é cerca de 300 horários, se transformem em vagas efetivas de lugares de quadro de Escola/Unidade Orgânica, uma vez que correspondem a necessidades permanentes das escolas.

Para colmatar este “flagelo social da precariedade docente”, o SPRA está a promover uma ação junto dos professores, para

que assinem um postal (“Assina um postal por uma vaga”), dirigido ao SRECC, a exigir a abertura de vagas de quadros de escola.

Atendendo a esta reivindicação do SPRA, o Governo Regional e a SRECC resolveriam não só o problema da Diretiva Europeia que determina o “fim do tratamento discriminatório dos professores que trabalham com constantes contratos a termo nas escolas públicas” como também o problema da instabilidade profissional destes docentes, contribuindo para a continuidade pedagógica e para a concretização plena dos projetos educativos das escolas. •



O SPRA entregou no passado dia 24 de janeiro, na Secretaria Regional da Educação Ciência e Cultura, 730 postais assinados por docentes reivindicando a abertura de, pelo menos, 300 vagas de quadro/unidade orgânica que equivalem a necessidades permanentes do sistema educativo regional.

O Sindicato desenvolveu também um abaixo-assinado junto da docentes, escolas e comunidade educativa, onde foram recolhidas 1.245 assinaturas em defesa da manutenção dos três tempos letivos de Educação Física no Currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico e na lecionação desses 3 tempos letivos, preferencialmente, pelo docente especializado em Educação Física.

Os postais e abaixo-assinado foram recebidos pelo Chefe de Gabinete do Secretário que se comprometeu a dar conhecimento ao Secretário Regional. No fecho desta edição, o SPRA aguardava uma tomada de posição do SRECC, face aos assuntos reivindicados por esta estrutura sindical, assim como na marcação de uma reunião para análise e discussão dos referidos assuntos. Na imagem (em cima): declarações à comunicação social pelo Presidente do SPRA, António Lucas. •



Os Objectivos do Milénio e a Semana de Acção Global pela Educação

HENRIQUE BORGES (Membro do SN da FENPROF)

Em setembro de 2000, os dirigentes dos 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunidos em Dakar, capital do Senegal, adoptaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a atingir um conjunto de objectivos, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM*, que deveriam guiar os esforços colectivos nos próximos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável, reafirmando a sua obrigação para com “todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem pertence o futuro.”

No nosso país, os principais meios de comunicação pouco destaque têm dado à campanha dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). “A ausência de rostos que os personalizem e o carácter episódico das iniciativas internacionais que os promovem introduzem uma aridez pouco compatível com os valores da notícia mais convocados pelos jornalistas, como a actualidade e o conflito”, tornam na opinião de Carla Baptista, docente na FCSH-UNL e investigadora no CIMJ, os ODM numa mensagem pouco atractiva. (Le Monde Diplomatique – edição portuguesa, Março de 2011).

De entre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o segundo – Alcançar o ensino primário universal – tem sido daqueles

a quem é dada menos cobertura na comunicação social. Tal facto deve constituir para nós, professores e educadores, um motivo acrescido para o envolvimento na Semana de Acção Global pela Educação (SAGE), que se tem vindo a realizar desde 2003 e que pretende chamar a atenção da comunidade educativa, dos políticos, dos meios de comunicação e do público em geral sobre a situação actual da Educação a nível global e, ao mesmo tempo, para apelar aos governos que cumpram os compromissos políticos assumidos no sentido de se atingir o ensino primário universal e os restantes objectivos de Educação para Todos e Todas até 2015.

Objetivos da Semana

Estima-se em cerca de mil milhões as pessoas portadoras de algum tipo de necessidades especiais e que, por isso mesmo, enfrentem uma infinidade de barreiras que lhes impedem uma participação igualitária na sociedade. Estima-se que são cerca de 93 milhões as crianças – uma em cada 20 com 14 anos de idade ou menos – que vivem com algum tipo de necessidades especiais moderadas ou graves.

Todas as crianças têm o mesmo direito à educação mas, na prática, esse direito é desproporcionalmente negado a crianças com necessidades especiais, ficando assim prejudicada a sua capacidade de usufruir de

“
Estima-se que são cerca de 93 milhões as crianças – uma em cada 20 com 14 anos de idade ou menos – que vivem com algum tipo de necessidades especiais moderadas ou graves.”

todos os direitos de cidadania e de assumir papéis valorizados pela sociedade.

A Semana de Acção Global pela Educação (SAGE) é uma iniciativa da Campanha Global pela Educação (GCE) que, para além de constituir uma oportunidade para o exercício de uma cidadania mais activa, pode propiciar o diálogo entre os membros da comunidade educativa e os representantes políticos sobre as medidas a adoptar para se garantir o acesso universal à educação. A SAGE acontece simultaneamente em mais de 100 países como forma de pressão internacional para que se cumpram os tratados e as leis nacionais e internacionais, com destaque para o Programa de Educação para Todos (Conferência Mundial de Educação, Dacar/Senegal, Unesco, 2000), e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ONU, 2000), no sentido de garantir uma educação pública e de qualidade para todas e todos.

A SAGE, que em 2014 se realiza entre os dias 4 e 10 de Maio, com o lema “Direitos Iguais, Oportunidades Iguais. Educação Inclusiva para Crianças com Necessidades Especiais”, tem como objectivo sensibilizar para a importância e a necessidade de:

- Criar quadros legislativos adequados, e estabelecer planos nacionais ambiciosos para a inclusão;
- Capacitar, proporcionar recursos e aptidões de liderança para implementar planos nacionais de inclusão;
- Melhorar os dados sobre deficiência e a educação;
- Tornar as escolas e salas de aula acessíveis e apropriadas para todos/as;
- Assegurar a existência de um número suficiente de professores/as para todos/as;
- Contrariar as atitudes negativas que reforçam e aumentam a discriminação;
- Criar um ambiente favorável para apoiar a educação inclusiva, incluindo políticas intersectoriais e estratégias que reduzam a exclusão. •

* São Objectivos de Desenvolvimento do Milénio:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar a educação primária universal;
3. Promover a igualdade de género e autonomização da mulher;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.





Com a participação da FENPROF Seminário no âmbito da campanha da IE “Unidos por uma Educação de Qualidade”

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

No dia 4 de outubro de 2013, véspera da comemoração do Dia Mundial dos Professores, foi lançada, em Nova Iorque e em Paris, a campanha da Internacional da Educação (IE) “Unidos por uma educação de qualidade”.

Esta campanha, que vai decorrer até 5 de outubro de 2014, pretende envolver todas as organizações membros em todo o mundo

e organizações com finalidades idênticas num esforço concertado para sublinhar a importância para o futuro da sociedade de garantir uma educação de qualidade para todos. Para esta campanha, foram definidos três objetivos:

- Afirmar uma educação pública de qualidade como um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa e equitativa;
- Provar que a privatização mina a edu-

cação pública e é prejudicial aos interesses da sociedade;

• Garantir que o objetivo de uma Educação Para Todos, gratuita e universal, é uma parte central de qualquer estratégia de desenvolvimento global pos-2015.

Dando corpo a esta campanha da IE, muitos sindicatos têm vindo a desenvolver iniciativas diversas, um pouco por todo o mundo. Em dezembro de 2013, a FENPROF participou num debate organizado pelo Sindicato de Professores da Bulgária (SEB) sob o lema “Educação de Qualidade – condição prévia para o progresso social”, para o qual foram igualmente convidados o Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE) e organizações sindicais de Itália (UIL-Scuola) e da Alemanha (GEW). Na ocasião, a FENPROF sublinhou a importância do tema em debate para os professores portugueses e para os seus sindicatos, num contexto em que em que a escola pública se encontra duplamente ameaçada, por cortes orçamentais sucessivos e por uma ofensiva ideológica contra a educação democrática e o pensamento pedagógico desenvolvidos em Portugal depois do 25 de Abril de 1974. Apresentou ainda as iniciativas desenvolvidas e a desenvolver pela Federação para responder a esta ofensiva – a “Campanha em defesa da Escola Pública”, a “Carta Aberta” à sociedade portuguesa ou a iniciativa conjunta FENPROF/CNOD “A importância da escola na inclusão social de crianças e jovens com deficiência”) – cujo propósito se insere nos objetivos definidos para a campanha da IE.

No sentido de dar a conhecer perspetivas de sindicatos de outros países sobre esta campanha, transcreve-se a intervenção nesse seminário de Manfred Brinkmann, secretário internacional da GEW, a maior organização sindical de professores da Alemanha, com a qual a FENPROF tem colaborado em diversas iniciativas. •



Manfred Brinkmann, GEW, Alemanha: Uma campanha no momento certo

Nas últimas eleições nacionais na Alemanha, o partido conservador de Angela Merkel ganhou as eleições, mas o seu ex-parceiro, o partido liberal, foi expulso do parlamento. Para obter uma maioria parlamentar Angela Merkel teve de negociar com o partido social-democrata, resultando desse processo difícil de negociação um acordo de coligação, que contém alguns elementos positivos, por exemplo, a fixação de um salário mínimo ou a possibilidade de uma aposentação mais cedo, após 45 anos de trabalho. Mas no que diz respeito à educação

os resultados são negativos. Não está previsto mais investimento na educação, continuando o governo nacional de forma estúpida a não apoiar os governos dos nossos 16 estados federais que são responsáveis pelas políticas de educação.

A Alemanha tem sido muito criticada por implementar duras medidas de austeridade na Europa, com todos os efeitos negativos conhecidos sobre o emprego, as prestações sociais e a educação. O meu sindicato compartilha essas críticas e, infelizmente, não esperamos grandes mudanças nas políticas de austeridade sob o novo governo. Quer o

partido conservador de Angela Merkel quer o seu novo parceiro de coligação, o partido social-democrata, concordaram em manter o pacto orçamental que já tem impactos negativos sobre a educação na Alemanha. Vários dos nossos estados federais estão a planejar reduzir o número de professores e recusam-se a negociar salários com a nossa organização.

Portanto, para nós, a iniciativa da Internacional da Educação e do CSEE “Unidos por uma educação de qualidade” teve início no momento certo. Se queremos uma educação de qualidade, precisamos de professores de qualidade e só conseguiremos tê-los se eles forem bem formados e se a profissão docente for atrativa.

Os professores são trabalhadores intelectuais e os seus salários devem ser semelhantes aos de outras profissões intelectuais, como advogados ou engenheiros. Queremos que os melhores alunos se tornem professores, mas todos sabemos que se pagarmos com amendoins, só teremos macacos. Essa é a razão pela qual os professores em Berlim estiveram em greve por diversas vezes este ano, com um número total de 16 dias de greve em 2013.

A GEW concentrará as suas atividades no âmbito da campanha “Unidos por uma educação de qualidade” em dois temas principais: formação de professores e inclusão. A formação de professores na Alemanha não está a ter em conta as rápidas mudanças na sociedade e nas salas de aula, onde frequentemente encontramos grupos multiétnicos de estudantes e cada vez mais alunos com necessidades educativas especiais. A GEW está muito a favor da inclusão de crianças com deficiência ou problemas de comportamento ou de famílias migrantes, mas os nossos professores têm de ser formados para isso e têm de ser apoiados pelo governo e pela sociedade.

O flagelo do trabalho infantil

“Uma melhor educação para um mundo melhor” é a segunda frase do lema da campanha da IE. A GEW está comprometida com o direito à educação para todos – na Alemanha e em todo o mundo. Essa é a razão por que somos um membro ativo da Campanha Global para a educação na Alemanha, onde trabalhamos em conjunto com organizações de desenvolvimento, como a Oxfam, Save the Children ou a Unicef Alemanha, exigindo mais dinheiro do nosso governo para a educação na cooperação para o desenvolvimento. Estamos agora a preparar a Semana de Acção Global sobre Educação e Deficiência, que terá lugar em maio de 2014.

A GEW acredita firmemente que não vamos alcançar a educação para todos, se não acabarmos com o trabalho infantil. O trabalho infantil é um crime para as crianças e a pior forma de exploração humana. Prejudica a saúde das crianças, impede-as de ir à



“**Uma melhor educação para um mundo melhor” é a segunda frase do lema da campanha da IE. A GEW está comprometida com o direito à educação para todos – na Alemanha e em todo o mundo. Essa é a razão por que somos um membro ativo da Campanha Global para a educação na Alemanha, onde trabalhamos em conjunto com organizações de desenvolvimento, como a Oxfam, Save the Children ou a Unicef Alemanha.**



UNIDOS PELA EDUCAÇÃO
Uma educação pública de qualidade para um mundo melhor

escola e destrói o seu futuro. Por isso, a GEW, juntamente com o sindicato dos professores holandeses AOB, apresentou uma resolução sobre o trabalho infantil, que foi aprovada no Congresso Mundial da Internacional da Educação de 2011 na Cidade do Cabo e criou uma nova fundação: “Infância justa”.

Até agora, já apoiamos vários projetos contra o trabalho infantil na Índia, mas descobrimos que o trabalho infantil não é apenas um problema dos países em desenvolvimento. Em agosto deste ano, o comissário de direitos humanos do Conselho da Europa, Nils Muižnieks, emitiu um comunicado de imprensa sobre o trabalho infantil na Europa.

Há muito poucas estatísticas disponíveis e parece ser um assunto tabu, mas ele cita relatórios sobre trabalho infantil em países europeus como a Albânia, Bulgária, Geórgia, Moldávia, Montenegro, Roménia, Sérvia, Turquia e Ucrânia e, mais recentemente, como resultado da crise económica, também em Chipre, Grécia, Itália, Portugal e até mesmo no Reino Unido.

Nós começamos a trabalhar sobre esta questão em conjunto com os nossos colegas do sindicato dos professores turco Egitim Sen e tivemos recentemente uma reunião em Frankfurt com o secretário-geral do sindicato dos professores albanês Stavri Liko, onde acordámos apoiar um projeto contra o trabalho infantil e o abandono escolar na Albânia.

O trabalho infantil perpetua o ciclo da pobreza. Priorizar a educação sobre o trabalho para as crianças é a única maneira de um país se desenvolver. Combatamos este problema como sindicatos de professores e ponhamos fim ao trabalho infantil no nosso continente. •

Brasília, 16/19 janeiro 2014

FENPROF no 32.º Congresso da CNTE

A FENPROF participou no 32.º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE), no Brasil. O Congresso foi antecedido por um Seminário Internacional, em que participaram 32 convidados de 20 organizações estrangeiras, entres as quais a FENPROF. Estas iniciativas decorreram em Brasília entre 15 e 19 de janeiro. Em ambas, interveio o Secretário-Geral da FENPROF. Deixamos à apreciação dos nossos leitores algumas das passagens mais significativas das comunicações ali apresentadas por Mário Nogueira.



Um retrato do Portugal dos nossos dias

Pedia Chico Buarque, nos tempos que se seguiram à data libertadora de 25 de abril de 1974, que Portugal lhe mandasse urgentemente algum cheirinho de alecrim... porque lá fazia Primavera e cá estava doente.

Um cheirinho que em Portugal se misturava com o odor dos cravos de Abril. Um Abril que, faz em breve 40 anos, fez sorrir o nosso povo depois de uma longa noite fascista de quase meio século.

Hoje, infetados por um vírus de nome FMI e por bactérias que se chamam Banco Central Europeu e Comissão Europeia e, pela primeira vez nestes 40 anos de democracia, por uma maioria de direita constituída por Presidente da República, governo e parlamento, é Portugal quem está doente.

Com a ajuda do “altruísta” FMI, a dívida externa portuguesa aumentou em mais 50%, o défice só artificialmente parece controlado, o desemprego disparou em mais 60% e o desemprego dos professores, em 3 anos apenas, subiu 256%.

- Há milhares de crianças que chegam com fome à escola;
- Há famílias inteiras que caíram nas malhas do desemprego;
- Há jovens altamente qualificados que, aos milhares, abandonam o país;
- Há idosos sem dinheiro para os medicamentos;
- Há doentes que já não têm acesso aos tratamentos;
- Há impostos que violentamente asfixiam quem trabalha;
- Há corrupção que espreita nos corredores das privatizações;
- Há uma Educação que ainda há pouco

valia 6% do PIB e agora pouco passa dos 3%...

Lá – é agora lá – que está a doença e é daqui, com todas as dificuldades que vocês identificam e por isso lutam, daqui desta América Latina que é espinho cravado na goela do capital, que chega o cheirinho a alecrim, raiando esperança e enchendo de força e confiança os homens e as mulheres que lutam por um mundo melhor, por um futuro em que quem queiram que continuem a florescer os cravos.

Falei há pouco das privatizações... As privatizações sempre como uma inevitabilidade. As privatizações acompanhadas da conversa da liberdade de escolha...

As privatizações porque a Saúde e a Segurança Social, tal como a Educação, não são, para os neoliberais, funções essenciais do Estado, mas sim negócio de mercado.

Em Portugal é a reforma do Estado que agora se anuncia e como o governo escreveu no guião que apresentou, uma reforma que não se destina a cumprir metas, mas a alterar o modelo social que temos. E o novo modelo conhece uma só palavra: privatizar!

Privatizar a Educação, destruindo a Escola Pública de qualidade e democrática para criar uma escola a dois tempos, um para os pobres e os considerados menos capazes, outra para as elites que nela se querem reproduzir.

Não é nova a receita das privatizações. E a confirmá-lo temos as palavras do grande José Saramago, o Nobel da nossa língua comum, Homem de enorme sensibilidade social e sabedoria que um dia, em 1995 (Caderno de Lanzarote, Diário III, página 148), escreveu: “Privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, privatize-se

a justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno e de olhos abertos. E finalmente, para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez a exploração deles a empresas privadas, mediante concurso internacional. Aí se encontra a salvação do mundo... e, já agora, privatize-se também a puta que os pariu a todos.”

Estava e continua certo José Saramago!

...

Num contexto tão negativo como aquele que se referiu, a Educação não poderia deixar de ser das áreas mais atingidas. A Escola Pública, que é imperativo constitucional, corre sérios riscos.

Depois de se ter sujeitado a medidas deliberadamente tomadas para lhe reduzir recursos financeiros e retirar recursos humanos fundamentais, docentes e não docentes, o governo anuncia agora uma designada “reforma do Estado”, acordada com a troika, que mais não é do que um processo de privatização que inclui a área da Educação.

Dando cumprimento ao que dita a cartilha neoliberal que o governo de Passos Coelho leva por diante, esta reforma pretende reservar para a esfera do Estado apenas o que identifica como “núcleo de funções essenciais”, sendo que, dele, não fazem parte Educação, Saúde ou Segurança Social.

A anunciada “reforma do Estado” não passa de um processo de desmantelamento do Estado Democrático, por vezes chamado de social, que os portugueses construíram ao longo dos 40 anos de uma Democracia

que lhes foi restituída em 25 de abril de 1974, depois de uma longa noite fascista, de quase meio século, que se abateu sobre Portugal.

É o próprio “guião para a reforma do Estado” que refere não estarmos perante o mero cumprimento de metas, mas a alteração de um modelo.

Privatizar é palavra de ordem e os processos previstos são vários e vão desde a contratualização com privados até à aplica-

ção, já este ano e a título experimental, do chamado “cheque-ensino”

Também a situação sócio profissional e as condições de trabalho e vida dos professores e demais trabalhadores deste setor constituem fortes desafios que se colocam à Educação e às organizações sindicais de docentes e não docentes.

As carreiras profissionais estão bloqueadas desde a ocupação da troika, o desemprego dos professores, entre o início do ano letivo 2010/2011 e o que corre, 2013/2014, cresceu 256%, segundo dados oficiais divulgados pelo governo, os salários líquidos, em apenas 3 anos perderam, em média, 30% e o mesmo acontecerá às pensões de aposentação com os novos cortes e impostos já anunciados para 2014.

Também as condições de trabalho nas escolas se agravaram. Para além do aumento efetivo dos horários de trabalho, aumentou o número de alunos por turma, as aulas das áreas experimentais passaram a ter o dobro dos alunos e milhares de alunos com necessidades educativas especiais perderam os apoios de que necessitam.

Neste quadro, os principais desafios que se colocam na Educação são de dois tipos, mas convergentes num mesmo objetivo estratégico: defender uma Educação Pública de qualidade.

As duas vertentes da ação sindical são, por um lado, valorizar e dignificar os docentes e o seu exercício profissional, por outro, defender uma Escola Pública de qualidade, democrática, gratuita e para todos e todas.

A intenção do governo, com a sua “reforma do Estado” não é extinguir a Escola Pública, pois a direita precisa das escolas públicas para que cumpram missões sociais e acolham os muitos que, por variadas razões, nunca terão acesso ao conhecimento pleno.

O projeto de elitização do ensino, que também está presente nesta dita reforma, passa por reservar para o privado o acesso ao conhecimento e ao ensino de qualidade. Se deixássemos que esse projeto vingasse, estaríamos a cometer um erro colossal de consequências imprevisíveis para o futuro da nossa Democracia, pelo que não basta afirmar a defesa da Escola Pública, é indispensável sublinhar a sua matriz democrática, o nível exigente da qualidade que deverá ter e o caráter inclusivo da escola. Este será o grande desafio da Educação em Portugal, para hoje e para o próximo futuro.

As exigências que se colocam ao movimento sindical, também na Educação, são muitas e de elevada complexidade, pois as respostas que dele se espera terão de ser as adequadas para que tenham eficácia.

Face aos objetivos que atrás se enunciaram, o movimento sindical tem, desde logo, de organizar o protesto, mas não pode fazê-lo sem, simultaneamente, apresentar a proposta.

O protesto será tanto mais forte quanto o movimento sindical souber construir alternativas às políticas em curso e passar a mensagem de que há alternativa e que, inevitável, não é a política de direita, mas a luta contra ela. | MN •

Impulsionar a criação de dinâmicas sociais de unidade



No plano sócio-profissional, os Sindicatos deverão saber construir a unidade a partir do local de trabalho e convergir na ação em torno de objetivos concretos que visem valorizar e dignificar os profissionais que representam, bem como melhorar as condições de trabalho nas escolas.

A defesa da Escola Pública exige uma convergência muito mais ampla no plano social. A Escola Pública é um bem social que, em Portugal, merece consagração

na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, obrigando o Estado a garanti-la. A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra que “compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 37.º). Este preceito legal obedece ao imperativo constitucional que estabelece que “O

Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 75.º).

É necessário impulsionar a criação de dinâmicas sociais que unam docentes, trabalhadores não docentes das escolas, pais, estudantes, autarcas, organizações sociais e políticas, de uma forma geral, cidadãos para quem a democracia é um bem a preservar e o futuro um tempo que se constrói no presente.

Em Portugal, temos consciência da necessidade de lutar contra a política de direita e de a substituir por uma política de esquerda, patriótica e soberana; da necessidade de continuarmos a lutar pela demissão do governo da direita; da urgência de expulsarmos de Portugal os invasores do FMI e restante troika que, contando com aliados internos, está a deixar atrás das suas políticas um rasto de terra queimada de onde não será possível nascer futuro.

Como se pode verificar, os desafios que se colocam ao movimento sindical dos professores e, em geral, aos Sindicatos que representam trabalhadores de educação, são muito exigentes, mas estamos conscientes da nossa força e da nossa razão, pelo que seremos capazes de estar à altura das exigências. | MN •

“Observatórios na esquina entre investigação e práticas”

I Seminário Internacional de Observatórios de Educação e Formação



Realiza-se nos dias **19 e 20 de fevereiro**, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, o I Seminário Internacional de Observatórios de Educação e Formação, com o tema “Observatórios na esquina entre investigação e práticas”. O evento é organizado pelo Observatório da Vida nas Escolas (OBVIE) do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE). Este seminário pretende ser um ponto de encontro entre membros, saberes e experiências de Observatórios de Educação e Formação, em contextos diversos, tendo como principais objetivos: partilhar dinâmicas de trabalho dos Observatórios; refletir sobre a filosofia dos Observatórios; problematizar metodologias de recolha de dados e evidências produzidas; partilhar estratégias de comunicação e disseminação utilizadas pelos Observatórios e problematizar efeitos dos Observatórios nos seus públicos. As comunicações a apresentar, enquadram-se nos seguintes temas: desenvolvimento de competências-chave e aprendizagem ao longo da vida; prevenção do abandono escolar; promoção da equidade e inclusão social; desenvolvimento profissional dos professores e formadores e fortalecimento de parcerias •

Dificuldades de Aprendizagem Específicas

A diferença na escola, na família e na saúde



“Dificuldades de Aprendizagem Específicas: a diferença na escola, na família e na saúde” é o tema do II Congresso da APPDAE (Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas), que se realiza nos **dias 14 e 15 de fevereiro**, no Instituto de Educação da Universidade do Minho (Campus de Gualtar), em Braga. A APPDAE é uma associação cultural, científica e de beneficência, sem fins lucrativos, resultante dos esforços

Homem da Educação

Prémio Universidade de Coimbra/2014 atribuído a António Nóvoa

A Universidade de Coimbra atribuiu recentemente o Prémio UC 2014 ao Professor António Nóvoa.

A Federação Nacional dos Professores felicita o Professor António Nóvoa e destaca o mérito e a inteira justiça de tão importante prémio que é atribuído por tão distinta Universidade Pública.

António Nóvoa é um Homem da Educação e num tempo em que esta é tão desvalorizada pelo governo e as suas políticas, distinguir uma personalidade do setor tem um significado muito particular. •



conjuntos de pais, encarregados de educação e técnicos da área da Educação, especialmente da área das Dificuldades de Aprendizagem Específicas. Para além de diversas intervenções, o congresso inclui várias oficinas subordinadas a diferentes temas, cuja lotação oscila entre 10 e 25 participantes, implicando inscrição antecipada. •

➤ **INFO** www.appdae.net/

Alunos do Secundário

Olimpíadas de Astronomia



Decorre até **24 de fevereiro** o prazo de inscrição nas Olimpíadas de Astronomia, uma iniciativa da Sociedade Portuguesa de Astronomia, destinada a todos os alunos que, no ano letivo 2013/2014, estejam matriculados no Ensino Secundário. Cada escola deve designar um professor que apoie a participação dos alunos, responsabilizando-se pela recolha e envio de todos os elementos de inscrição e servindo de elo de ligação entre os participantes dessa escola e a organização. O concurso tem como principais objetivos: incentivar o interesse pela Astronomia; enriquecer os conhecimentos sobre Astronomia na população escolar; promover o contacto com a realidade da Astronomia profissional em Portugal e estimular a curiosidade e o pensamento científico.

Novidades

A prova regional realiza-se a 5 de março, em locais a designar, um pouco por todo o

país, e a final nacional realiza-se a 11 e 12 de abril, no Observatório Astronómico de Coimbra, com o apoio do Rómulo – Centro Ciência Viva da Universidade de Coimbra e do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Este ano existem algumas novidades: dos dez finalistas, quatro vão ser escolhidos para formar a equipa representante de Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Astronomia e Astrofísica, a realizar entre 1 e 10 de agosto, na cidade de Suceava, na Roménia. Esta equipa será formalmente apresentada à comunidade de astrónomos profissionais, com quem se manterá em estreito contacto até à final internacional, tendo assim a oportunidade única de conhecer, não só outros jovens com os mesmos interesses, mas também o trabalho de profissionais da Astronomia. •

➤ **INFO** www.sp-astronomia.pt

Instituto Superior Técnico XVII Semana da Física



A realizar-se entre os dias **17 e 21 de fevereiro**, no Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa, a 17.ª edição da Semana da Física vai estar aberta ao público das 9h00 às 17h30, com o objetivo de divulgar a Física e fomentar o interesse pela ciência. As inscrições decorrem até 12 de fevereiro. No que diz respeito às visitas de estudo, o Núcleo de Física do IST (NFIST), responsável pela iniciativa, relembra, à semelhança da edição anterior, a necessidade de os alunos se fazerem acompanhar da autorização dos respetivos encarregados de educação, bem como do documento referente ao seguro escolar. •

➤ **INFO** <http://sf17.nfist.pt/>

Culturais

Exposição Permanente no MNR em Vila Franca de Xira Batalha pelo Conteúdo Movimento Neo-Realista Português

Pela sua importância no programa inaugural do Museu do Neo-Realismo, Batalha pelo Conteúdo – Movimento Neo-Realista Português ocupa a totalidade dos pisos 2 e 3 do novo edifício, estando a sua centralidade museológica necessariamente relacionada com a apresentação do movimento neo-realista português nas suas diversas áreas de intervenção disciplinar: literatura, artes plásticas, música, teatro e cinema.

A coleção museológica selecionada integra um vasto conjunto de documentos que sublinham não só a relevância cultural do neo-realismo em Portugal, como algumas das suas possíveis leituras no contexto internacional.

Desde primeiras edições das obras literárias fundamentais a fotografias de escritores e intelectuais com elas relacionados, passando por originais manuscritos, o visionamento telemático de informação detalhada, e ainda grandes reproduções de primeiras páginas dos principais títulos e da imprensa afectada ao neo-realismo, esta mostra procura desenvolver um ambiente de consciencialização

e reconhecimento crítico sobre o valor do movimento, bem como do seu contributo para a história e a cultura portuguesa de Novecentos. Nesse sentido, é dado o destaque necessário ao contexto histórico-social da época, considerada sobretudo entre os anos 30 e meados da década de 70, acenando dessa forma uma relação com os momentos essenciais do regime político do Estado Novo, período no qual o movimento do Neo-Realismo se afirmou e consolidou como expressão de uma perspetiva cultural e política oposicionista.

Uma nova cultura de comunicação museográfica

Mais do que substituir a exposição permanente *Entre a Realidade e a Utopia – o movimento neo-realista* (patente entre 1993 e 2006) que ocupou parte significativa do último piso das instalações provisórias do antigo edifício do MNR, na Rua José Dias da Silva, também em Vila Franca de Xira, esta nova exposição pretende afirmar-se com autonomia e amplitude científica no contexto de uma nova

cultura de comunicação museográfica, recorrendo a um equilíbrio de apresentação de documentos reais e suas reproduções, desenhando um percurso atrativo que apela a um mais nítido reconhecimento das características gerais do movimento, envolvendo dessa forma as novas tecnologias da imagem e ainda uma significativa preocupação didática e pedagógica baseada num forte envolvimento cinestésico proporcionado aos visitantes.

A exposição está dividida por épocas cronológicas de afirmação do movimento literário neo-realista, aparecendo ainda um conjunto complementar de áreas temáticas autónomas: três no piso 2 (censura, música e artes plásticas) e duas no piso 3 (cinema e teatro). | **Curadoria: David Santos e António Mota Redol**
Horário do museu 3ª a 6ª feira: 10h00 – 18h00 Sábados e Domingos: 10h00 – 19h00 Encerra às segundas-feiras e feriados •

➤ **INFO** Telefone: 263285626 | www3.cm-vfxira.pt



Rádio

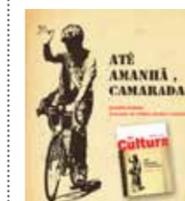
“Crónicas da Idade Mídia”

São milhares os acontecimentos da História do século XX que estão diretamente associados à música. Na Antena 1, nas “Crónicas da Idade Mídia”, revelam-se curiosidades sobre temas e gravações, compositores e intérpretes e recordam-se entrevistas, sons de reportagem, concertos, verdadeiros tesouros documentais que marcam a sociedade contemporânea. Às terças feiras às 00h00 (com repetição aos sábados às 01h07) “crónicas” sobre a importância da gravação sonora e o seu papel na realidade e na fixação da memória nos últimos cem anos. Um programa de Ruben de Carvalho com Iolanda Ferreira. A não perder. *Seleção: JPO* •



Publicações

Revista cultural da CGTP no centenário de Álvaro Cunhal



No ano em que se assinalou o centenário do nascimento de Álvaro Cunhal, a CGTP-IN lançou um número especial do seu boletim cultural (dirigido por Fernando Gomes) dedicado à obra artística e literária de Álvaro Cunhal / Manuel Tiago - “evocação do artista, escritor e intelectual”. Domingos Lobo, poeta, ensaísta, escritor, crítico literário e colaborador regular do “CGTP Cultura”, coordenou esta edição especial (série II, nº 5), desafiando um conjunto de autores a escreverem sobre alguns dos aspetos mais marcantes na obra artística e literária de Manuel Tiago. A edição abre com um poema de Maria Eugénia Cunhal. •

CD

Grupo de Gaiteiros “Os Unidos”



Sons da Terra é um projeto de recolhas musicais da tradição oral, procurando aproximar o passado ao máximo possível da respetiva presença, num confronto singular contra o desvanecimento da memória coletiva. Assim, procurar-se-á fazer registo e dar testemunho de um património cultural num tempo determinado, com a consciência de que muito se foi perdendo e algo se foi preservando na sucessão dos dias que fazem os ciclos da vida das gentes. Na certeza de que a tradição é o que é, sempre diferente do que já foi ou do que será, *Sons da Terra* faz agora eco possível do passado, procurando contribuir para a fixação da memória da tradição em constante mutação. Com gente viva. Aqui e agora, num tempo de viagens e de recomeço constante. •



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO PARA SERVIÇOS DE VERIFICAÇÃO POSTAL



**Envia o teu protesto por mail
para o primeiro ministro**

pm@pm.gov.pt

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



FENPROF Federação Nacional dos Professores

www.fenprof.pt